



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0220/15	DATA: 07/04/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 14h44min	TÉRMINO: 18h39min	PÁGINAS: 101

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HUGO REPSOLD JÚNIOR - Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS.

SUMÁRIO

Audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Hugo Repsold Júnior, Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 8ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que seja lida a ata, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já foi pedido dispensa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Não. Eu gostaria de solicitar, com base no art. 114, inciso III. Eu gostaria de solicitar, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Solicito ao Deputado Antonio Imbassahy, 1º Vice-Presidente, que proceda à leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Passo à leitura da ata, Sr. Presidente:

“Ata da 8ª Reunião Ordinária realizada em 31 de março de 2015. Às nove horas e quarenta minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quinze, no Plenário 3, do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da Empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de



propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África (CPI - PETROBRAS), criada pelo Ato da Presidência de 05 de fevereiro de 2015 (Requerimento de Instituição de CPI nº 3 de 2015, do Deputado Carlos Sampaio e outros). Compareceram os Deputados Antonio Imbassahy, Félix Mendonça Júnior e Kaio Maniçoba - Vice-Presidentes; Luiz Sérgio - Relator; Altineu Côrtes, Arnaldo Faria de Sá e Bruno Covas - Sub-Relatores; Afonso Florence, Aluisio Mendes, Augusto Coutinho, Celso Panseira, Edio Lopes, Eliziane Gama, Fernando Monteiro, Ivan Valente, João Carlos Bacelar, Leônidas Cristino, Onyx Lorenzoni, Paulo Magalhães, Rodrigo Martins, Silas Câmara e Valmir Prascidelli - titulares; Adilton SaChetti, Beto Rosado, Carlos Andrade, Carlos Marun, Delegado Waldir, Edmilson Rodrigues, Eros Biondini, Izalci, JHC, Jorge Solia, José Carlos Araújo, Lelo Coimbra, Leo de Brito, Marcelo Squassoni, Maria do Rosário, Moses Rodrigues, Ricardo Barros e Weverton Rocha - suplentes. Compareceram também os Deputados Arthur Virgílio Bisneto, Caetano, Domingos Neto, Edinho Bez, Evair de Melo, Geovania de Sá, Hildo Rocha, João Gualberto, Luiz Lauro Filho, Marcelo Aguiar, Mariana Carvalho, Mário Heringer, Mauro Pereira, Newton Cardoso Jr, Professor Victório Galli, Raquel Muniz e Vitor Lippi, como não membros. Não compareceram os Deputados Ezequiel Fonseca, Hugo Motta, Júlio Delgado e Otavio Leite. O Deputado Andre Moura esteve presente, mas não fez o



registro biométrico. ABERTURA: Havendo número regimental, o Deputado Antonio Imbassahy - 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, declarou abertos os trabalhos e colocou à apreciação a Ata da 7ª reunião, realizada no dia 26 de março de 2015, tendo sido a leitura dispensada a pedido dos Deputados Luiz Sérgio e Izalci. Colocada em votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: Mensagem eletrônica dos Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados, da área XXII (vinte e dois) designados para assessorar esta CPI, em resposta ao Ofício da 13ª Vara Federal de Curitiba, se disponibilizando para acessar os documentos relativos à Operação Lava-Jato, realizada pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal, mediante cadastro no sistema Eproc da Justiça Federal do Paraná, eis que serão os responsáveis diretos por sua análise, além de possuírem registro na OAB; Conforme mensagem eletrônica recebida do Departamento de Taquigrafia da Instituição. Informa-se que as notas taquigráficas sem revisão, apenas para consulta, referentes à reunião de audiência pública realizada em 26 de março de 2015, já estão disponíveis na secretaria da CPI; Memorando do Diretor em exercício do Centro de Informática da Câmara dos Deputados, Sr. Paulo Henrique Alves Araújo, designando os servidores Bruno Mendonça de Oliveira e Fernando Henrique dos Santos e Silva para prestarem o auxílio requerido, ficando à disposição desta CPI; Ofício do Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, ao Presidente da Câmara dos Deputados, informando para fins de registro de presença, conforme orientação emanada daquela Presidência, relatório de presenças em reunião com o nome dos(as) ilustres parlamentares presentes na reunião do dia 26 de



março, data da tomada de depoimento da senhora Maria das Graças Foster; Ofício do Presidente desta CPI, Deputado Hugo Motta, solicitando ao Presidente da Câmara dos Deputados que viabilize, com urgência, a disponibilização de espaço físico e instalações apropriadas para as atividades de apoio ao Relator, Deputado Luiz Sérgio; ORDEM DO DIA: Audiência Pública para oitiva do Senhor Glauco Colepicolo Legatti, ex-Gerente de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima — Rnest. O Presidente convidou a tomar assento à Mesa o Senhor Glauco Colepicolo Legatti, que veio acompanhado de seu advogado João Carlos Castellar, OAB/RJ n. 39.805. Por se tratar de inquirição de testemunha, o Presidente solicitou ao depoente que prestasse juramento, conforme os artigos 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advertiu-o ainda de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal faria incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal. Antes de passar a palavra ao depoente, o Presidente pediu a atenção para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: ‘O tempo concedido ao depoente será de até vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão (Art. 256, § 2º), não podendo ser aparteado. Cada Deputado inscrito terá o prazo de até três minutos para fazer suas indagações, dispondo o depoente de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo (Art. 256, § 5º). Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.’ Após a exposição do depoente deu-se início ao debate. Primeiramente, o Presidente passou a palavra ao Relator



para que ele fizesse suas indagações. Conforme entendimento quanto ao procedimento das inquirições, o Presidente determinou que após o Relator, falariam na sequência: Sub-Relatores, autores, líderes e membros inscritos. Participaram das inquirições os Deputados Altineu Côrtes pela Sub-Relatoria para Investigação do Superfaturamento e Gestão Temerária na Construção de Refinarias no Brasil; Bruno Covas pela Sub-Relatoria para Investigação de Constituição de Empresas Subsidiárias e Sociedades de Propósito Específico pela Petrobras, com o fim de praticar atos ilícitos; Arnaldo Faria de Sá pela Sub-Relatoria para Investigação de Superfaturamento e Gestão Temerária na Construção e Afretamento de Navios de Transporte, Navios-Plataforma e Navios-Sonda; André Moura - Sub-Relator da Sub-Relatoria para investigação de irregularidades na operação da Companhia Sete e na venda de ativos da Petrobrás na África, mais a Recuperação de Ativos. O Deputado Afonso Florence informou à Presidência que o Deputado Valmir Prascidelli, Sub-Relator Auxiliar do Relator, se encontrava na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC. Dando seguimento, o Presidente passou a palavra à Deputada Eliziane Gama - autora (req. 264/15); Após, ao Deputado Valmir Prascidelli, Sub-Relator auxiliar do Relator. Em seguida, o Presidente decidiu alternar a fala entre líderes e membros inscritos: Izalci, Vanderlei Macris, Mendonça Filho, Delegado Waldir, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, Leo de Brito, Celso Pansera, Carlos Marun, Carlos Andrade, Edmilson Rodrigues, Augusto Coutinho, Onyx Lorenzoni e Ivan Valente. Às quinze horas e vinte e seis minutos, o Presidente suspendeu a reunião por 5 (cinco) minutos,



retomando-a às quinze horas e trinta e um minutos. Dando seguimento à inquirição, usaram da palavra os Deputado Edio Lopes, Paulo Magalhães, Maria do Rosário e João Gualberto (não membro). Após as inquirições, o Presidente passou a palavra ao Relator e então ao Sr. Glauco Colepicolo Legatti, para que ele fizesse suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, agradeceu a todos e encerrou a reunião às dezessete horas e um minuto, antes informando, sob protestos dos Deputados Valmir Prascidelli, Leo de Brito e Luiz Sérgio, a agenda das próximas oitivas: 07/04/2015 - Oitiva do Sr. Hugo Repsold Júnior, diretor de Gás e Energia da Petrobras; 09/04/2015 - Oitiva do Sr. João Vaccari Neto, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobras e tesoureiro do PT; 14/04/2015 - Oitiva do Sr. Augusto Mendonça Neto, gestor e agente do grupo Setal Óleo e Gás S.A. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Manoel Amaral Alvim de Paula, Secretário-Executivo da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.”

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em discussão a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada a ata.



V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, quero solicitar uma questão de ordem.

Não sem razão, eu solicitei à Mesa que fizesse a leitura da ata exatamente por causa de uma questão que foi suscitada no final da ata a respeito da definição da sequência das oitivas. E isso foi questionado, conforme está na ata, por mim, pelo Deputado Prascidelli e também pelo Sr. Relator Luiz Sérgio na última reunião. E este é um questionamento que vai à Mesa.

Naquele momento, o Relator se reportou de maneira muito clara que havia um entendimento entre V.Exa., Presidente desta Comissão, e o Relator, de que havia uma sequência já preestabelecida para que fossem feitas as oitivas desses convocados. E o que estava estabelecido naquele momento era que o Sr. Vaccari... Nós não temos objeção, isso fica muito claro. Nós aprovamos inclusive os requerimentos para que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores venha até esta Casa dar declarações. E ficou estabelecido, segundo o Relator, um acordo entre V.Exa. e o Relator, de que seria no dia 23. E o Presidente, de maneira monocrática — o Presidente naquele momento era o Vice-Presidente, nobre Deputado Imbassahy, a quem respeitamos, e fizemos inclusive menção naquele momento da condução correta que foi feita aquela audiência pública —, decidiu unilateralmente que o Sr. Vaccari seria ouvido agora, no dia 9. Eu fiz um protesto muito claro naquele momento, que a condução dos trabalhos vinha sendo feita de maneira muito correta, sem maiores açodamentos.

Eu queria citar inclusive o discurso que foi feito pelo Vice-Presidente, em quem votei. Eu votei em V.Exa., a bancada do Partido dos Trabalhadores votou. E eu fiz questão de pegar nas notas taquigráficas S.Exa. se referindo, com as seguintes palavras — aspas: *“Aqui não haverá nenhum tipo de manobra diversionista. Nós não pretendemos também fazer nenhum tipo de teatro ou espetáculo. O que nós queremos, na verdade, é o que todo brasileiro deseja: verificar o que aconteceu, reerguer a PETROBRAS e penalizar quem tiver que ser penalizado.”*

Eu entendo, e fui informado pela imprensa, que a condução que foi feita, repito, foi partidarizada, foi uma condução que não condiz com essas palavras que



eu ouvi do nosso Vice-Presidente. E repito que votei no Vice-Presidente por reputar que daria a condução correta. Então, quero fazer esta objeção. E aí nós temos um adicional, infelizmente. Nós temos um adicional.

Eu não quero fazer aqui, Sr. Presidente, nenhum tipo de prejulgamento. Mas é de conhecimento de todos uma notícia publicada na *Folha de S.Paulo* desta semana: *Empreiteiras são acusadas de desvios no metrô de Salvador*. E aqui empresas envolvidas no escândalo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou escutando a questão de ordem de V.Exa. Esse assunto não é inerente à CPI.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu estou falando a respeito da condução da Mesa, Presidente. A questão de ordem é a respeito da condução da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quando V.Exa. permitir, eu irei falar.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Eu não vou fazer nenhum prejulgamento, Sr. Presidente — nenhuma prejulgamento —, porque existe direito de defesa e existe presunção de inocência. Mas o que está em jogo aqui neste momento? O caminho, o rumo e inclusive a credibilidade das nossas investigações. Então, uma notícia como esta coloca suspeita sobre o nosso Vice-Presidente...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Em absoluto!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - ...assim como houve suspeita sobre dois membros que estão sendo investigados pelo STF que saíram da Comissão.

Então, eu coloco aqui duas questões nesta questão de ordem: primeira, a condução feita, que para mim foi, com todo o respeito, *data venia*, tendenciosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu queria só pedir que V.Exa. conclua a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Estou concluindo. Nesta frase eu concluo. Tendenciosa. Essa questão é um fato inclusive que envolve as empresas que estão sendo investigadas e até agora o povo do Brasil está querendo saber por que elas não vieram até esta CPI, para fazer o depoimento dessas empresas. Como visto aqui, parece que já tem uma atuação em Prefeituras, em Governos Estaduais em épocas anteriores ao período que está sendo investigado por esta CPI.



É essa a questão de ordem. Tem outra questão de ordem que vou colocar também, mas gostaria que V.Exa. respondesse, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem a palavra.

Em seguida eu responderei à questão de ordem de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria também a palavra pela ordem, Sr. Presidente, logo após.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, eu também gostaria.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu também gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu ouvi a questão de ordem do Deputado Leo de Brito. Não tinha nenhum embasamento regimental a questão de ordem que S.Exa. fez.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não era uma questão de ordem, era um esclarecimento. Por educação, deixei V.Exa. concluir.

Darei a palavra ao Relator, responderei a V.Exa. e seguirei com os trabalhos. Mais à frente, em sendo necessária outra questão de ordem, daremos a palavra com tranquilidade, até porque nós temos hoje um dia cheio de votações nominais, com uma pauta bastante discutida. Há uma especulação muito grande sobre o que a Câmara vai votar hoje. Quanto antes pudermos fazer uma oitiva de qualidade, acredito ser o ideal para o dia de hoje.

Darei a palavra ao Relator e em seguida lhe responderei.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, depois eu queria um esclarecimento, se V.Exa. puder me conceder.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, em relação ao depoimento do Vaccari, não teve e não terá aqui a oposição minha. Encaminhei favorável e votei favorável. O desentendimento que houve, e é bom que fique esclarecido, foi que eu me reuni com V.Exa. e estabelecemos um cronograma, com uma lógica. E, por esse cronograma que nós estabelecemos, que eu também aqui anunciei, hoje nós ouviríamos, como vamos ouvir, o Hugo Repsold, que falará principalmente sobre a Gasene, que é um dos eixos da CPI; o dia 9 ficaria reservado



às Sub-Relatorias; o dia 14, ao Augusto Mendonça, primeiro empresário; o dia 16, ao Luciano Coutinho, do BNDES; e o dia 23, ao Vaccari.

O Deputado Imbassahy, que presidia a sessão, resolveu, de ofício, inverter e colocar o Vaccari no dia 9. Teve um Deputado, eu teria que olhar na ata, que depois da polêmica deu como sugestão que o Augusto viesse no dia 9 e o Vaccari, no dia 14, que eu prontamente aceitei, e o Deputado Imbassahy não concordou. Essa não concordância evidencia um objetivo claro, que é não ter a explicação do Vaccari, mas ter o Vaccari no dia 9, uma vez que estão se convocando manifestações no Brasil para o dia 12.

Então, ver a CPI servir de objetos ou de objetivos para se potencializar ou não uma manifestação, que é legítima, que se organize... O que não pode é a CPI ser instrumento disso. Ela acaba atestando e comprovando uma negação do objetivo pelo qual foi criada. Isso eu lamento, tanto é que quando o Deputado Augusto, acho, propôs, eu de pronto concordei, porque ficaria esclarecida essa dúvida, para não pairar nenhum questionamento sobre a CPI de que a estamos usando para potencializar movimento de A ou B.

Então, isso eu lamento. E lamento porque nós tínhamos acertado o cronograma. E o cronograma tem uma lógica na minha cabeça, enquanto Relator, porque o esquema de corrupção se estabeleceu entre diretores da PETROBRAS, empreiteiras, chegou — como é questionável, que vai ter que se explicar — a partidos e a Parlamentares. Então, nós estamos saindo da PETROBRAS direto para a presidência de partidos, como se o PT fosse o único partido dessa cadeia citado.

Eu acho isso um equívoco, um erro. E fica como um atestado de negação dos objetivos pelos quais a população brasileira espera de nós nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Respondendo às duas questões de ordem, porque são similares, esclarecimento a ser feito por este Presidente: havia sim conversado com o Relator, informalmente, na Liderança do PMDB. Esse calendário que ele está passando chegou a ser conversado. Ao viajar, como é sabido pela imprensa, pelos companheiros, eu tive o cuidado de avisar antes. Essa pauta não foi anunciada por mim, ela não foi citada em nenhuma reunião. Ela foi conversada com o Relator, acredito eu, na quarta ou na quinta-feira,



eu não me lembro bem, eu viajei na sexta-feira e no domingo viajei para fora, viagem que eu já havia pré-marcado.

Ao termos a oitiva na terça-feira, estando viajando, o Presidente de fato e de direito é o Deputado Antonio Imbassahy, que é o 1º Vice-Presidente, eleito por esta CPI. E ele entendeu ser necessário. Eu não havia passado esse cronograma para o Deputado porque eu queria anunciar. Como eu não anunciei, o Deputado Imbassahy, sem saber o que estava marcado para o dia 9, anunciou a oitiva do Sr. Vaccari. Na quinta-feira fui contatado por alguns órgãos de imprensa do Brasil, já 1 dia depois do fato, soube, através de mensagens da minha assessoria, que havia sido feito... E, como eu tenho feito em todos os atos prévios a este, eu não tenho desrespeitado a decisão tomada pelo 1º Vice-Presidente.

Então, qual foi a declaração que eu dei? Que a agenda marcada pelo Deputado Antonio Imbassahy seria mantida. Foi uma decisão nossa. Essa decisão está tomada, a oitiva...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Presidente, agora, o que ficou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Permita-me concluir.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu esperei, com muita educação, V.Exa. concluir. Espero ser tratado da mesma forma.

Então, mantive o agendamento feito pelo Deputado Imbassahy, de o dia 9 ser o tesoureiro do PT, Sr. João Vaccari, e na próxima terça-feira, o Sr. Augusto Coutinho, que é o primeiro empresário, empreiteiro, que...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Augusto Coutinho, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Augusto Coutinho, não! Desculpe-me. É Augusto Mendonça. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não misture os Augustos, não, pelo amor de Deus! *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Desculpe-me, Deputado Augusto. A nossa amizade é... Tem Hugo também aqui hoje. Tem Hugo também hoje aqui. É muita gente com o mesmo nome.

Então, mantive o depoimento também do Sr. Augusto Mendonça para a próxima terça. Eu gostaria de fazer esse esclarecimento.



Entendo as questões colocadas de ambas as partes. Aqui eu não estou para julgar quem acertou, quem errou, eu estou para cumprir o Regimento. É regimental a decisão tomada pelo Deputado Antonio Imbassahy. Tenho que dar a notícia a este Plenário que sem dúvida alguma nós vamos manter essa decisão.

Além do mais, o Sr. João Vaccari já foi citado em diversos depoimentos na CPI. Isso é sabido por todo o Brasil. E acredito que o seu depoimento, ele... Acreditando que ele irá falar a verdade, não haverá prejuízo sobre o tempo em que virá. Quando você diz a verdade, ela prevalece por tempos e tempos. Não serão 1 semana, 2 semanas, 3 semanas que vão mudar a verdade. Como o Sr. João Vaccari irá — acredito e torço — falar a verdade na próxima quinta-feira, não vejo prejuízo nenhum para a investigação.

Então, esta é a decisão da Presidência: o depoimento está mantido.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só uma pergunta, Sr. Presidente, ainda sobre essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Ficou deliberado aqui que o Vice-Presidente iria até V.Exa. para consultá-lo a respeito. Eu gostaria de saber o que foi deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não... Foi o que foi deliberado. Depois que ele anunciou, tomou a decisão... Então, foi uma decisão tomada pelo Presidente em exercício, da mesma forma que, se eu estivesse na posição em que ele está e ele estivesse na minha e eu tomasse uma decisão e ele desfizesse a decisão que eu havia tomado, ele estaria me desrespeitando. Eu não posso desrespeitar um colega. É uma atitude mínima para a boa convivência não só nesta CPI, mas no do Parlamento.

A decisão está mantida. Vamos tocar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, só uma pergunta, uma indagação rápida. É só para indagar se já foi...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, um esclarecimento...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Otavio Leite, V.Exa. tem 30 segundos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Trinta segundos. Já foi agendada, já foi definida a data para a visita da CPI ao COMPERJ? Nós aprovamos requerimento, que eu julgo da maior importância, da maior urgência. Há notícias hoje que realmente nos deixam perplexos: 45 bilhões é o que se estima de prejuízo em função das decisões equivocadas, corrupção, tudo, em relação ao COMPERJ.

Eu, inclusive, quero dar ciência que entrei com representação no Tribunal de Contas da União para que se apurem as responsabilidades daqueles que tomaram essas decisões absurdas em relação ao COMPERJ. Obra paralisada! Eram quatro equipamentos, apenas um está ainda em andamento. Aliás, paralisada semana passada, 10 mil demitidos. É urgente a ida desta CPI ao COMPERJ. Isso sim interessa ao Brasil imediatamente ser informado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos. Ainda não foi marcado o dia da visita, mas irei fazer reunião de trabalho com o Relator e o Sub-Relator. O Deputado Altineu está aqui e compete a sua Sub-Relatoria. Iremos marcar o quanto antes a visita ao COMPERJ. Independente do requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Por favor, a segunda questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado Ivan Valente, como Líder, que tem precedência. Em seguida, falará V.Exa. e depois o esclarecimento.

O Deputado Ivan Valente tem a palavra, pela Liderança do PSOL. Peço atenção a quem está cronometrando para que seja respeitado o tempo de Liderança de S.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é o meu tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Se não me engano, 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria colocar, Sr. Presidente, neste momento o seguinte: eu acho que essas coisas estão sendo mal resolvidas mesmo, porque quando começou a reunião... Esse assunto foi levantado na reunião passada, no começo. O Deputado Imbassahy não afirmou que convocaria o Vaccari. Ele só anunciou isso no final. Eu não tenho nenhum problema em convocar o Vaccari. Apoio a convocação do Vaccari, mas a bem da verdade.



Segundo, o Relator devia expor o que ele tem na comunicação que teve com V.Exa., a Presidência. Exponha. V.Exa. tem o combinado do dia 23, porque até agora não está formalizado. V.Exa. tem que formalizar também.

Em terceiro lugar, quero demonstrar minha insatisfação com a condução dos trabalhos nesta CPI. Acho que não podemos continuar a ter depoimentos como o de hoje, como foi o da Graça Foster ou o da semana passada, sem convocar o Sr. Youssef, que fez novas declarações ontem em relação à Queiroz Galvão, envolvendo todo um partido, inclusive o PSDB e o Sr. Sérgio Guerra, falecido. Está aqui nas notícias de hoje.

Nós não podemos mais deixar de votar requerimentos que são prioritários para esclarecer o que está acontecendo sobre aquilo que a população quer ouvir, não sobre o gasoduto entre o Espírito Santo e a Bahia. Eu quero saber exatamente por que o Sr. Fernando Soares, operador. Não foi até agora convocado, porque o Vaccari já foi, o Duque já foi. Por que, com relação ao Sr. Fernando Soares, até hoje não foi votada a sua convocação? Por que não tem prioridade? O Sr. Jaime de Oliveira? Por que não tem prioridade? O Sr. Júlio Camargo tem depoimento de delação premiada. Vários que têm delação premiada podem vir depor aqui.

Quarto, são inaceitáveis as declarações feitas de que não se proporão mais que pessoas presas venham depor aqui. É claro que tem que vir depor aqui. A CPI tem poder de polícia, tem poder investigativo. Eu entendo isso como um bloqueio da nossa investigação. Como nós trouxemos o Renato Duque, qualquer outro cidadão que está preso pode depor. É inconcebível que nenhum empreiteiro tenha vindo depor aqui, com várias delações premiadas.

Esta CPI corre o risco de se desmoralizar. Sinceramente, eu não vou acatar, não vou aceitar isso. Nós precisamos fazer uma reunião de emergência para traçar um novo plano para ouvir as pessoas, e também quero considerar que pessoas citadas em processos como tendo participado da Operação Lava-Jato e das empreiteiras se sintam impedidas sim. Nós levantamos isso no primeiro dia e vamos continuar levantando, para que os trabalhos andem.

Então, Sr. Presidente, não há satisfação com o desempenho da CPI e nós temos que tomar muito cuidado com a sociedade, com a opinião pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ...porque a CPI tem que cumprir um papel investigativo isento, global, para entender o que se está passando inclusive com o financiamento empresarial de campanha neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria usar o meu tempo de Líder para isso e convidar os nobres pares. E V.Exa. aqui convoque reunião extraordinária da CPI para a gente reordenar os trabalhos e aprovar os requerimentos necessários a elevar a CPI a sua condição de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Darei a palavra ao Deputado Pansera, pela Liderança. Só antes, a questão de ordem de V.Exa. Pode...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Rapidamente, Presidente, é só em relação à condução dos trabalhos, para V.Exa. esclarecer como vai ser de agora em diante, porque nós tivemos em vários depoimentos aqui situações em que os depoentes, mesmo não sendo investigados, foram ultrajados, desrespeitados por vários Deputados, inclusive ferindo o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Eu queria levantar exatamente essa questão de ordem para V.Exa. esclarecer, para que a gente tome todos os cuidados em relação aos próximos depoimentos, em relação inclusive a essa condição que condiz com o próprio Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Eu queria que V.Exa. se expressasse a esse respeito, para que a gente tenha uma regra muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A condução, Deputado Leo, continuará sendo transparente, como foi no princípio, e espero eu que seja até o final dos trabalhos. Nós temos aqui o compromisso com a verdade. Eu não trago para cá nenhuma novidade, sempre que eu posso ou vou anunciar algum depoimento, tomar alguma decisão que eu poderia fazer de ofício, eu tenho feito da forma mais democrática possível. Tenho procurado me esforçar para fazer a CPI funcionar, tenho dado a maior contribuição que tenho conseguido dentro das minhas limitações dar, para que seja uma CPI que realmente atenda aos anseios do povo brasileiro. Nossa tratativa continuará sendo essa.



V.Exa. tem todo o direito de questionar, de perguntar, de abordar e de usar o Código de Ética, se assim achar necessário. É o direito que V.Exa. tem. Estaremos sempre à disposição para fazer quaisquer esclarecimentos necessários sobre a condução dos trabalhos.

A Deputada Eliziane Gama tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só uma observação.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Já darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só uma observação em relação à fala do Deputado Ivan Valente.

Com relação ao caso específico do Youssef, o requerimento de convocação já foi aprovado quando V.Exas. aprovaram o plano de trabalho. Naqueles requerimentos do plano de trabalho estava incluída a oitiva do Sr. Youssef. Então esse é um requerimento aprovado por esta Comissão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É exatamente isso. Por que não estamos ouvindo o Youssef aqui hoje?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra ao Deputado Celso em seguida.

Deputada Eliziane Gama, eu peço a V.Exa. que seja concisa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria uma informação de V.Exa. Primeiro, como está a contratação da Kroll — contratos? Quando de fato teremos os trabalhos da Kroll? Porque nós teremos hoje a oitiva do Sr. Hugo Repsold, que vai falar, e vamos detalhando aqui a constituição da sociedade para o voto específico, que foi a Transportadora Gasene, que desde a sua origem é fruto de uma empresa, pelas informações que nós obtivemos na nossa pesquisa, dos Estados Unidos, se não estiver falando o nome errado, a British Trust, localizada na Quinta Avenida, em Nova Iorque. Mas a gente não consegue ter dados. A Kroll tem *know-how* suficiente para nos ajudar nessa investigação. Eu queria saber de V.Exa. em que pé está de fato a contratação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A contratação já foi formalizada, a minuta do contrato que a Diretoria-Geral da Câmara elaborou... Tem uma reunião conosco hoje, ao final da nossa oitiva, para que possamos fechar todos os detalhes e aí expor inclusive para a imprensa, que tem questionado muito os termos do contrato e a forma. Iremos fazer o mais transparente possível. Acredito eu que, até amanhã, no máximo, já estará plenamente funcionando os trabalhos da Kroll aqui para a CPI.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Porque precisamos dessa informação. Acho que a informação será vital, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a informação a V.Exa. até amanhã.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Isso, em relação a esse trabalho. Eu acho que chegou o momento de nós termos essa investigação por parte da Kroll.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Celso Pansera, pela Liderança do PMDB.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu, na reunião passada inclusive apresentei um cronograma, na verdade, o nosso calendário de trabalho. Parece que estamos há muito tempo instalados, mas nós fizemos há pouco 1 mês de funcionamento desta CPI, e ela já avançou para aprovar duzentos e tantos requerimentos. A gente tem trabalhado muito.

Nós do PMDB não temos o direito de ficar fazendo ilações. Nós temos a responsabilidade da Presidência desta Comissão e da Presidência da Casa. Nós temos a responsabilidade de que esta Comissão funcione a contento e que venha a gerar um relatório final que contemple os anseios da população brasileira, que está de olho no nosso funcionamento. E nós temos essa dimensão, nós temos a urgência disso e achamos muito importante que ela funcione, que tenha estabilidade política funcione e que siga seu cronograma.

Entretanto, o tempo todo nós ficamos ouvindo falas, ilações, como se não tivéssemos essa responsabilidade, como se estivéssemos colocando alguma coisa para baixo do tapete, inclusive de Minorias que não têm a responsabilidade que nós temos de conduzir este trabalho. Tem gente que tem responsabilidade e gente que fala para a plateia do jeito que quer e do jeito que pode. Mas nós temos a condução,



e a necessidade de conduzir bem esta Comissão. E estamos trabalhando para isso, lendo as delações premiadas, os depoimentos a que temos acesso, buscando informações para conseguir a cada oitiva avançar nas perguntas e ter respostas consistentes.

Eu, junto com nossa bancada do PMDB, fizemos um estudo. E sobre isso até o Deputado do PSOL acabou de falar. Nós concluímos que existem 56 requerimentos que tratam de oitiva de pessoas que estão presas em Curitiba — 56 requerimentos! São 19 pessoas e 56 requerimentos envolvendo essas pessoas. Nós achamos também que para que se dissipe esse ambiente de que não se quer investigar, de que não se quer avançar na investigação, e dentro das normas desta Casa, inclusive reiteradas pelo Presidente Eduardo Cunha, de que o ideal é que a gente não traga para cá mais pessoas que estão presas, até porque quem veio, Renato Duque, quando a gente aprovou sua convocação, ele ainda não estava preso. Aí o Presidente, em função disso, do cronograma da CPI etc., abriu exceção.

Então, o que eu queria falar para o Presidente: o Requerimento nº 607, da bancada do PMDB, propõe o que a gente pode chamar de operação Curitiba, ir a Curitiba ouvir estas pessoas: Adir Assad, Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Alberto Youssef, Dario de Queiroz Galvão Filho, Erton Medeiros Fonseca, Fernando Antônio Falcão Soares, Gerson de Mello Almada, Guilherme Esteves de Jesus, Iara Galdino da Silva, João Ricardo Auler, José Aldemário Pinheiro Filho, José Ricardo Nogueira Breghirolli, Mario Frederico Mendonça de Goes, Mateus Coutinho de Sá de Oliveira, Nelma Kodama, Nestor Cerveró, Renato de Souza Duque, Ricardo Ribeiro Pessoa e Sérgio Cunha Mendes, que se encontram detidos em decorrência da Operação Lava-Jato.

O que estou propondo, Presidente? Como o PMDB não tem operador, não tem tesoureiro citado na CPI, não tem medo da investigação, que nós façamos agora um acordo de Liderança e uma votação de consenso, aprovando o Requerimento nº 607 — todos os outros 56 que são correlatos a ele —, e montemos uma ida, o mais rápido possível, a Curitiba. Vamos fazer essa operação em Curitiba e ouvir essas 19 pessoas. Essa é a proposta do PMDB, que não tem medo de investigação — quem não deve não teme —, para que nós possamos avançar na investigação. Tanta gente está dizendo que não queremos investigar.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a palavra para contraditar

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Este Presidente, desde o início dos trabalhos, sempre dissemos aqui que nosso trabalho seria transparente e comprometido com a investigação. Nós temos aqui uma praxe, Deputado Celso, que é de, em oitivas, não fazermos nenhuma apreciação de requerimento, mesmo que seja extrapauta. Como V.Exa. traz aqui o levantamento e o pedido de vários partidos — acredito eu que levantou mais de 50 requerimentos —, se for de comum acordo das Lideranças, este Presidente não tem nenhum problema em fazer. Isso é para deixar claro. Eu quero só deixar aqui nosso posicionamento, se for de comum acordo. Se não for, não será apreciado. Eu não quebrarei de maneira alguma o ritmo dos trabalhos. Eu estaria abrindo exceção, mas deixando claro que em oitivas não faremos apreciação de requerimentos. Mas aqui, para deixar claro nosso compromisso com a investigação, eu me coloco à disposição para fazer esse acordo. Fica a cargo dos Líderes partidários e dos partidos decidirem se vão votar ou não. Mas acato a sugestão de V.Exa.

Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Depois eu queria falar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não existe contradita. O Deputado Celso falou como Líder.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu queria só manifestar uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - No momento certo eu darei a palavra a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem, porque justamente, pela ordem, eu de fato acredito que V.Exa. deve ouvir as propostas, como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou aqui para ouvir. Deixei claro que nós não temos nenhum problema em abrir exceção. Não havendo acordo, na reunião deliberativa, nós apreciaremos.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Então, pois bem. Só me permita concluir minha questão. Sendo assim, o Deputado Celso fez uma proposta, mas o Deputado Ivan havia anteriormente, pelo PSOL, feito uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Qual seria a outra proposta?

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Ele fez uma proposta. Então, como V.Exa... Só quero concluir, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Fique à vontade.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Como V.Exa. deu atenção, é claro, porque conseguiu perceber melhor a proposta do Deputado Celso, só que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não! Inclusive estou vendo aqui que existem vários requerimentos do Deputado Ivan Valente sendo atendidos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Aqui não vai nenhum juízo de valor, Presidente. Apenas V.Exa. esteve mais atento, neste momento, a esta fala. Mas o Deputado Ivan Valente havia feito uma proposta. Então, eu avalio que existem duas proposta colocadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan fez uma crítica à condução dos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, ele fez uma proposta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu fiz a proposta de uma reunião.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Não, ele fez uma proposta.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Foi uma crítica ao não funcionamento da CPI.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Ele pode ter feito uma crítica, mas apresentou uma proposta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que V.Exa. não quer ouvir.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Só que não adianta ficar o tempo todo pressionando a CPI. É muito fácil questionar a CPI em todo início de reunião.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu fiz uma proposta. A proposta...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Deputado Celso, ele fez uma proposta.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É pratica do Deputado Ivan em todo início de reunião criticar.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A tropa de choque falando, não devia falar. Tropa de choque a qualquer momento...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Ele está sendo desconsiderado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quem é tropa de choque não devia ficar falando.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - A proposta dele não pode ser desconsiderada assim.

Eu concluo minha questão de ordem, dizendo o seguinte: V.Exa. demonstrou abertura ouvindo a proposta do Deputado Celso, e V.Exa., na minha opinião, deve ouvir a proposta do Deputado Ivan. E, na minha posição, Sr. Presidente, V.Exa. é o Presidente e decide. Mas eu acredito que não podemos mais... Nós todos já presidimos Comissões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Claro.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Então, V.Exa. tem todo o nosso respeito e consideração pelas decisões, mas eu não posso crer que o Vice tome a decisão que tomar e V.Exa. referente simplesmente. Eu estou avaliando aqui que o que aconteceu na outra semana foi uma coisa meio combinada. Então, se é para estar combinada, combine com todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Essa é a avaliação de V.Exa. Essa é a avaliação de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - A sua avaliação também é muito importante para mim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, vou repetir minha proposta só. Eu fiz uma proposta. É que V.Exa., talvez, não estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, V.Exa. fez uma proposta sobre vários requerimentos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, não foi sobre vários requerimentos. É que fizéssemos uma reunião especial para redimensionar as prioridades da CPI e deliberar coletivamente prioridades, e nós assumirmos isso aqui coletivamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Marcarei a reunião que V.Exa. solicitou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em segundo lugar, a proposta do Deputado Celso Pansera de irmos a Curitiba entrevistar cinquenta e tantas pessoas.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Dezenove.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Dezenove pessoas. Ela é inviável e imprópria. Eu nunca vi isto: deslocarmos 50 pessoas para ouvir pessoas lá. Não existe isso. A CPI funciona no Congresso Nacional, ela pode ouvir uma pessoa, mas não 19. Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe esse ato da Mesa, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nós temos de trazer aqui é o Sr. Youssef, o Sr. Fernando Baiano, quem interessa investigar, o Sr. Vaccari, o Renato Duque...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu me interesse em investigar sim, por isso temos de ir para lá. É sim. V.Exa. está acostumado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe aqui um ato da Mesa, que todos as Sras. e Srs. Deputados conhecem, que proíbe trazer às dependências da Casa pessoas que estão presas. O Presidente abriu exceção a nossa convocação do Sr. Renato Duque diante do fato de que, quando ele foi convocado, estava solto; na data de sua convocação ele estava solto. Ele foi preso em uma operação sucessiva.

Então, aqui existe um ato sobre a mesa. O que eu estou querendo é dar dinamismo aos trabalhos. Ademais, Deputado Ivan, não podemos achar que o mundo pode funcionar de acordo só com nossa cabeça; o mundo é coletivo. Estou aqui querendo discutir a melhor forma. Não teve, na história desta Casa — duvido eu —, um presidente mais democrático do que eu. Eu tenho discutido, tenho feito tudo combinado a quatro mãos com o Relator, com os Sub-Relatores, com os membros. É dessa forma que estamos fazendo todo o trabalho desde o início. E aqui alguns chegam para criticar, outros chegam para propor. E da forma que ele propõe tem que ser? Não é assim! Não é assim!



Então, se não há acordo, não vamos votar o requerimento, vamos fazer a oitiva de hoje e acabou a conversa.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, tirando a emoção de lado, eu acho que a intenção é cumprir o objetivo central da CPI: investigar. Porque, fora disso, há subjetivismos. Então, eu queria, primeiro, dizer que um ato do Presidente da Mesa pode ser mudado, porque há...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Está aqui o ato.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E a CPI pode fazer, inclusive, numa reunião como a proposta pelo Deputado ou aqui mesmo — aí valeria a pena o Plenário decidir —, uma solicitação ao Presidente do Poder para que reflita sobre essa sua decisão, que pode encarecer a CPI. Nenhum membro da CPI se desobriga de ir a Curitiba se tiver que investigar. Em um dia não se ouve, como está provado, duas pessoas, talvez. Isso esvaziaria aqui, prejudicaria o trabalho parlamentar em geral, como inviabilizaria a CPI e financeiramente encareceria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O custo que V.Exa. está levando em consideração...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É porque se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É que V.Exa. está colocando o custo pelo número de pessoas. O custo para trazer o Sr. Renato Duque: veio um avião fretado, da estrutura da Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Aí é que o debate... Por isso que eu digo: tirada a emoção de lado, Presidente, vamos dizer que a prioridade não sejam os 19.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - São cinco.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Que sejam cinco ou que sejam dez, um avião traz. Definem-se três dias de trabalho intensivos. Aí se reduz custo. Agora, o Presidente pode mudar esse ato...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É claro que pode.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - ... que foi unilateral, por sinal, e, a meu ver, uma restrição ao poder investigatório da CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Até haver a mudança do ato, eu fico obrigado a cumpri-lo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas nós podemos pressionar para isso, Presidente. Nós queremos pressionar para isso.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, apenas... Eu lhe agradeço. Só para concluir, então.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Vamos para a oitiva, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Presidente da Casa não quer investigação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Permita-me concluir, então.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O que não pode é ficar o PSOL, todo início de reunião, acusando o PMDB, todo início de reunião, acusando o PMDB.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A tropa de choque não devia ficar falando em *(ininteligível)*.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Edmilson.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quero agradecer o diálogo, Presidente. Primeiro ponto, respeitando a proposta do Deputado Pansera, ela pode ser debatida e aperfeiçoada na reunião, com o que V.Exa. já concordou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Iremos marcar uma reunião de trabalho. Não tem problema.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E segundo, para fechar, é o seguinte: está claro que a sociedade brasileira, a própria imprensa e qualquer um de nós sabemos que está pouco frutífera, apesar dos esforços de leitura, das oitivas e tudo o mais. Nós vamos ouvir aqui por quantas horas um subgerente e tirar muito menos do que se pode tirar, se realmente replanejarmos assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

O que eu quis deixar claro aqui é que esta Presidência tem o compromisso de investigar e ir a fundo no que for necessário, para que possamos, sem dúvida alguma, elucidar os casos envolvendo a corrupção na PETROBRAS.

Ainda tem aqui no art. 36, no seu inciso IV:



*“Art. 36. A Comissão Parlamentar de Inquérito
poderá, observada a legislação específica:*

*.....
IV - deslocar-se a qualquer ponto do território
nacional para a realização de investigações e audiências
públicas;”*

Então, se for aprovado, é regimental. Portanto, fica a cargo de V.Exas. E nós temos o compromisso de trazer aqui, se necessário for, ou de ir até lá. O que nós queremos é ouvir o maior número de pessoas para que possamos subsidiar o trabalho dos Sub-Relatores e do Sr. Relator.

Deputado Augusto Coutinho. Em seguida, seguirei com os trabalhos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Presidente, serei rápido. Primeiro, quero aqui reiterar algumas coisas oportunas que foram colocadas. Acho que, em uma CPI com tantos desdobramentos, tem de haver prioridade. E é prioridade, por exemplo, eu concordo com o Deputado Ivan, ouvir o Sr. Youssef. Agora, se não revogarmos esse ato do Presidente, a CPI vai ficar ineficaz. Não vamos poder... As peças importantes de toda essa estrutura estão presas. E não vamos poder ouvi-las? Nós não vamos poder ouvir os empreiteiros e os empresários? Acho que temos de ouvi-los também.

Então, eu acho que algumas colocações... Agora, eu quero inclusive dizer que não dá — o encaminhamento que foi dado pelo companheiro do PMDB — para ir lá e ouvir 19. É óbvio que não dá. Então, podemos até fazer uma agenda, priorizar e ir lá. Agora, a CPI, Presidente, até para que ela funcione... E eu estou aqui com o intuito de que ela funcione e de dar a minha contribuição, assim como, tenho certeza, V.Exa. e todos que estão aqui. Então, precisamos resolver o problema dessa decisão da Mesa de não poder ouvir preso. Ou pode ouvir preso, alguns podem e outros não podem. Tem que poder ouvir todo mundo, seja de qual partido for, seja gente de que partido for, mas a gente precisa aqui, de uma forma isenta, fazer isso, até para se ter credibilidade.

E eu tenho certeza, e quero dizer, Presidente, até dar um testemunho, de que V.Exa. está com muito equilíbrio tocando a CPI, assim como o nobre Relator



também está fazendo isso. Por isso, eu acredito que a gente vai ter e poder chegar a bons termos. Mas tem que resolver essas coisas.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Expediente.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício do Deputado Weverton Rocha, justificando ausência nos trabalhos desta CPI no dia 26 de março de 2015, devido à sua participação em audiência pública, na cidade de Imperatriz, Maranhão, sobre obra de duplicação e adequação na BR-010;

Ofício nº 26, de 30 de março de 2015, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, com informações de produção de petróleo e gás natural, processamento de petróleo e produção de derivados referente ao período 2004/2015, registrando que não dispõem de projeções atualizadas para a área de produção e refino para os próximos 10 anos. Enviado em resposta ao Ofício nº 46, de 2015, desta Comissão, conforme Requerimento nº 248, de 2015, dos Deputados Félix Mendonça Júnior e Weverton Rocha, aprovado em 5 de março de 2015.

Informo à Comissão a lista de consultores e assessores à disposição desta CPI.

CPI Geral: Sr. Álvaro Gustavo Castello Paraucker, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área XII — Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos; Sr. Marcello Artur Manzan Guimarães, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área XXII — Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional e Procedimentos Investigatórios Parlamentares; Sra. Márcia Maria Bianchi Prates, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, da Área XXII — Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional e Procedimentos Investigatórios Parlamentares; Sr. Paulo Roberto Ossami Haraguchi, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área VIII — Administração Pública.

Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União — TCU: Sr. Antônio Ricardo Pires dos Santos, Gestão de Informação Estratégica do TCU; e João Batista Ferreira Júnior, Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração do TCU.



CENIN (servidores técnicos): Sr. Bruno Mendonça de Oliveira; e Sr. Fernando Henrique dos Santos e Silva.

Controladoria-Geral da União — CGU: Sr. Antônio Carlos Romeiro Messias da Costa, Analista de Finanças e Controle da CGU.

Relatoria do Deputado Luiz Sérgio: Sr. Paulo César Ribeiro Lima, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, da Área XII — Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, coordenador; Sr. Carlos Antônio Mendes Ribeiro Lessa, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; Sr. Valter Pereira Porto Júnior, Assessor da Diretoria de Controles Internos do Banco do Brasil.

Sub-Relatorias. Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados.

Para a 1ª Sub-Relatoria, do Deputado Altineu Côrtes: Sr. Álvaro Gustavo Castello Parucker; Sr. Francisco José Rocha de Sousa - Área XII - Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos; Sra. Márcia Maria Bianchi Prates.

Para a 2ª Sub-Relatoria, do Deputado Bruno Covas: Sr. César Costa Alves de Mattos.

Para a 3ª Sub-Relatoria: Sr. Álvaro Gustavo Castello Parucker.

Para a 4ª Sub-Relatoria: Sr. Álvaro Gustavo Castello Parucker; Sr. Guilherme Jurema Falcão; Sr. Milso Nunes Veloso de Andrade.

Para a 5ª Sub-Relatoria, do Deputado Valmir Prascidelli: Sr. Paulo César Ribeiro Lima.

Vamos à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimento, com a presença do Sr. Hugo Repsold Júnior, Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS, convocado pelo Requerimento nº 317, de 2015, do Deputado Luiz Sérgio.

Após o exame do conteúdo do requerimento aprovado, esta Presidência informa que o depoente será ouvido na qualidade de testemunha, após prestar compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Convido o Sr. Hugo Repsold a tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a presença de V.Sa. nesta CPI. Registro que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaiando sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidir sobre si as penas culminadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Informo que as inscrições estão encerradas para o debate.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Hugo Repsold.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Muito obrigado. Eu me chamo Hugo Repsold Júnior. Sou engenheiro mecânico formado na Universidade Federal Fluminense, em 1983. Entrei na PETROBRAS em 1985, trabalhei alguns anos antes de entrar, por concurso público. Estudei na Bahia no curso de Engenharia de Petróleo e me tornei engenheiro de petróleo em 1985. Trabalhei imediatamente após nas atividades de exploração e produção na Bacia de Campos. Fui engenheiro de poços e permaneci como engenheiro de poços trabalhando embarcado nas plataformas na fase inicial do desenvolvimento da Bacia de Campos até mais ou menos, em torno de 1991, e ali eu recebi um convite para ir para a BRASPETRO para as atividades internacionais. A gente estava perfurando uns poços na Argentina na época, e eu fui para lá e ali fiquei nas atividades internacionais da PETROBRAS de 1992 a 1998. Naquele momento, estava havendo a abertura do setor petróleo no Brasil e o início das parcerias, e eu voltei a trabalhar na PETROBRAS no setor de exploração e produção com aquele processo inicial de parceiras, de licitações e



leilões da ANP — a formação da ANP nessa fase inicial —, e fiquei trabalhando com as atividades de exploração e produção até o ano de 2010. Durante esse período, eu passei a ocupar algumas funções gerenciais. As primeiras ligadas aos projetos, depois às atividades de gestão de portfólio, de controles e de planejamentos, basicamente funções corporativas na exploração e produção até o final do ano de 2010, quando eu passei a ocupar algumas funções corporativas já no nível de gerente executivo e quando fui, então, no início de 2012, para a área de gás e energia para ser o gerente executivo corporativo da área de gás e energia. Ali permaneci durante 2012, 2013 e 2014. Ao longo desses anos, eu também tive a oportunidade de estudar Economia, formei-me em Economia em 1993, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e também tive oportunidade de fazer um mestrado em Planejamento Energético na COPPE, no Programa de Planejamento Energético da COPPE, que terminei no ano de 2003. Então, acho que aí tem a minha formação e a minha experiência na PETROBRAS. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Darei a palavra agora ao Relator, Deputado Luiz Sérgio — peço que tragam o microfone sem fio, porque isso facilita as respostas —, para que ele possa fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Numa rápida exposição, V.Sa. falou da sua trajetória na PETROBRAS. Uma pergunta que tenho feito a todos: houve indicação política para os cargos que V.Sa. ocupou na PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, não, nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“À constituição e operações de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico”*. Esta CPI questiona como algo que pode ter sido para praticar atos ilícitos. O requerimento desta CPI fala claramente: existem indícios de ilícitos na constituição e operações de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico.

Então eu pergunto: V.Sa. podia nos dizer por que a PETROBRAS tem trabalhado por meio da utilização desses dois modelos societários: subsidiárias e sociedades de propósito específico e qual o objetivo delas?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Perfeitamente. O uso de sociedades de propósito específico está muito mais ligado à estruturação financeira de projetos e



particularmente em projetos que têm princípio, meio e fim, não têm uma vida longa e um processo mais sustentável. Então, a sociedade tem esse propósito específico: financiar, obter os recursos, levar a cabo e concluir o projeto, a implantação. Uma vez concluído, extingue-se a Sociedade de Propósito Específico, ou se absorve, conforme for financeiramente melhor. No caso das subsidiárias, elas estão muito ligadas a processos sustentáveis, negócios sustentáveis da companhia. Esses negócios sustentáveis se constituem numa empresa subsidiária ou coligada, de forma que se possa dar perenização ao negócio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Hoje, na realidade da PETROBRAS, que papel as subsidiárias e as sociedades de propósito específico têm desempenhado? Como V.Sa. avalia a utilização desses dois modelos pela companhia?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - As sociedades de propósito específico, como eu mencionei, têm o objetivo de estruturar financeiramente o projeto, em que circunstâncias isso se mostra vantajoso e em que circunstância ela pode ser extinta, chegar ao seu fim, chegar a cabo, ser concluída, terminar. Essas sociedades de propósito específico podem... Em alguns momentos, a PETROBRAS pode ter restrições de acesso ao mercado, como já teve em momentos em que o seu *rating* financeiro, em que a sua percepção de credibilidade, de liberdade para acessar o mercado financeiro estava mais restrito ou mais aberto, até por disponibilidade do próprio mercado financeiro. Então, outras fontes de financiamento, outras fontes de recursos eram capazes de proporcionar recursos a custos menores. Nesses momentos, torna-se vantajoso criar uma estrutura financeira separada da companhia, não utilizar uma capitalização da própria PETROBRAS, não utilizar financiamentos próprios, não alavancar a companhia, fazer isso através de uma Sociedade de Propósito Específico. Em outros momentos também, como restrições de investimentos, mas básica e essencialmente por motivação financeira. As circunstâncias financeiras levam a estruturar um projeto — que tem começo, meio e fim — através de uma Sociedade de Propósito Específico. Um negócio contínuo, a atividade de distribuição ou qualquer outro negócio, pode ser conduzido através de uma coligada e de uma subsidiária.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - É muito comum no mercado financeiro a realização de operações estruturadas, conhecidas como projetos financeiros, pelas



quais se buscam captar investidores dispostos a correr o risco da atividade proposta. É comum também que esses investidores exijam a proteção do fluxo de caixa e dos ativos gerados pelos investimentos feitos. Por isso tem sido uma prática comum de mercado constituir-se uma Sociedade de Propósito Específico, a chamada SPE, pois ela proporciona proteção exigida pelos investidores e acionistas.

Por isso pergunto: V.Sa. sabe quando as operações desse tipo foram iniciadas na PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim. As primeiras sociedades de propósito específico na PETROBRAS, embora elas sejam bem anteriores às primeiras da PETROBRAS — as primeiras na PETROBRAS foram naquela fase de desenvolvimento da Bacia de Campos... Eu acho que a primeira, se não me engano, foi a SPE de Marlim. Depois se implementou para o desenvolvimento de Espadarte, Voador, Marimbá. O caminho, a caminhada para águas profundas se deu muito baseada em projetos estruturados financeiramente. Era um momento em que o patamar do porte financeiro desses projetos dava um salto em complexidade e em porte financeiro. E esse salto foi viabilizado através da estruturação financeira desses projetos. Então, houve SPEs a partir de 1994 ou 1996, se não me engano. A primeira SPE para Marlim. Depois seguem-se outras: Espadarte, Voador, Marimbá, Barracuda, Caratinga, até chegar a essas SPEs para construção dos gasodutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - As SPEs são empresas privadas. Qual a ligação societária delas com a PETROBRAS? Como se dá o acompanhamento e o controle da PETROBRAS sobre elas? Esse controle é eficiente, eficaz? Qual o regime de contratação dessas SPEs? Elas são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Há várias possibilidades e várias alternativas para se constituir uma Sociedade de Propósito Específico. É possível que a PETROBRAS participe com algum capital, participe com uma parcela relevante do capital e complemente o seu capital através de uma estruturação financeira ou é possível também que a PETROBRAS não participe com nenhum capital próprio. Em todos esses casos, o projeto serve tecnicamente à PETROBRAS. Ele busca atender objetivos técnicos específicos da PETROBRAS. Então, nesses casos em que a PETROBRAS não está colocando nenhum capital próprio dela no



negócio, nesses casos a PETROBRAS precisa de um mecanismo contratual que dê a ela o conforto para definir características técnicas e enfrentar, principalmente, algumas incertezas que podem ocorrer durante a implantação de um projeto. Dada uma situação que não foi percebida ou que não foi pensada, qual é a solução técnica, qual é o caminho? Então, a PETROBRAS precisa orientar para preservar o objetivo do seu projeto. Então, nesses casos, a PETROBRAS precisa de uma ferramenta para fazer a gestão técnica, a gestão do objetivo do projeto, enquanto a parte financeira precisa manter os aportes e, uma vez concluído o projeto, aferir as receitas provenientes do projeto, enquanto isso for, do ponto de vista financeiro, interessante para a PETROBRAS. Quer dizer, no momento em que se inverte essa situação, no momento em que a PETROBRAS passe a ter condições de crédito mais favoráveis do que aquelas que foram proporcionadas no momento da estruturação financeira, então ela também precisa ter a prerrogativa, a opção de reverter essa situação, terminar a Sociedade de Propósito Específico e passar a usar então o seu próprio capital ou obter os recursos, os rendimentos desse negócio a partir da remuneração e a eliminação da Sociedade de Propósito Específico.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas as sociedades de propósito específico são empresas privadas. Isso tem gerado um enorme conflito com os órgãos de fiscalização — Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União. Como V.Sa. vê essa polêmica em torno da fiscalização do Tribunal e os interesses privados, sendo as SPEs empresas privadas?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O Tribunal de Contas, nesses casos específicos em que não há capital da PETROBRAS, em que o capital é todo privado, então elas são sociedades totalmente privadas, existe uma discussão, já que o objetivo do projeto é atender a uma necessidade técnica da PETROBRAS — e ela obviamente exerce uma influência relevante sobre as decisões que são tomadas dentro do projeto durante a sua implantação. Não existe uma questão sobre a possibilidade de o Tribunal de Contas auditar ou verificar as contas dessas sociedades. Sendo capital privado, então essa discussão ainda persiste, o Tribunal ainda levanta e discute. Eu acho que não há uma posição definitiva, discutida dentro do plenário do TCU, mas ele levanta a questão sobre a possibilidade de auditar e



verificar as contas dessas sociedades de propósito específico, já que existe uma influência relevante da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nós temos a informação de que, desde os anos 90, a PETROBRAS vem adotando esse modelo de SPE para o desenvolvimento de seus projetos de exploração e produção, transporte de gás e refino, tais como Marlim (um projeto de 1999), Cabiúnas (do ano de 2000), Espadarte, Voador, Marimbá (2000), Barracuda e Caratinga (2000), Albacora Japão (2000), Albacora Petros (2001), Nova Marlim (2001), Pargo-Carapeba (2002), Projeto Malhas (2002).

Então, na época desses SPEs citados, já existia toda essa polêmica e esse questionamento do Tribunal de Contas da União como é feito hoje em relação ao Projeto GASENE ou esse aperto fiscalizatório é maior antes do que nos projetos anteriores que acabei de relacionar aqui?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Essa questão é recente. Na constituição daquelas SPEs não havia esse questionamento sobre o que a gente chama de o alcance do TCU nessas sociedades que não têm capital da PETROBRAS envolvido, que são totalmente privados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Para a PETROBRAS essas ações se coadunam com os seus planos de negócio e investimentos realizados, na opinião de V.Sa.?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim, perfeitamente. Elas estão de pleno acordo com o que foi planejado, concebido nos planos de negócio, tanto no que diz respeito às suas metas operacionais, aos objetivos do negócio, quanto à financiabilidade, à origem dos recursos que serão aplicados para levar a cabo o plano de negócios.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora vamos mais direto para o Projeto GASENE, que é um dos eixos desta CPI. Todos nós sabemos que é um projeto de gasoduto de 1.387 quilômetros, que liga Cabiúnas, no Rio de Janeiro, a Catu, na Bahia, que envolve três trechos, o maior deles com 954 quilômetros, que transportou 15 milhões de metros cúbicos/dia para atendimento das demandas das Regiões Norte e Nordeste no que se refere principalmente a termelétricas. Então, isso é o que nós temos. Mas, na opinião de V.Sa., o que é o Projeto GASENE?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O Projeto GASENE é um projeto importantíssimo para permitir o desenvolvimento das reservas de gás, o aproveitamento desse gás; colocando, levando esse gás até o mercado, permitindo o desenvolvimento das empresas estaduais, das distribuidoras locais de gás e levando esse insumo energético até os mercados que se desenvolveram muito a partir, principalmente, do GASENE, que interligou a malha Nordeste com a malha Sudeste. Eram dois polos de desenvolvimento isolados. E o Projeto GASENE permitiu a troca entre esses dois grandes mercados, ampliou as possibilidades de desenvolvimento e ampliou as possibilidades de monetização e desenvolvimento das reservas de gás do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E como ocorreu o processo decisório que levou à construção desse Projeto GASENE? V.Sa. poderia nos relatar aqui?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim. O projeto já demonstrava o seu potencial, do ponto de vista econômico, do ponto de vista técnico; e, como eu disse, no momento em que a PETROBRAS enfrentava algumas dificuldades para realizar os seus investimentos, do ponto de vista financeiro, disponibilidade de recursos, limitações também de acesso ao mercado e também limitações para o volume de investimentos relacionados às contas, ao primário, enfim. Nesse momento, a solução financeira adotada, que foi trazer um agente financeiro que pudesse fazer aportar os recursos, ela viabilizou um projeto que tinha nas suas bases técnicas, de total interesse estratégico e econômico para a PETROBRAS. Então, constitui-se essa sociedade para aportar os recursos financeiros, com base nesse alinhamento estratégico, técnico e econômico nos planos de negócio. Foi em 2005, a decisão da aprovação do projeto que estruturava. E, a partir daí, buscaram-se agentes financeiros que pudessem estruturar financeiramente o projeto, para dar seguimento a ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na visão de V.Sa., o projeto atendeu e atende estrategicamente o País, é importante para o País?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Um projeto desse porte, de 1.300, quase 1.400 quilômetros, cruzando nove Municípios, vários Estados, representa um tronco de desenvolvimento, representa uma possibilidade futura extremamente importante para o negócio de exploração, produção, desenvolvimento e principalmente



desenvolvimento de mercado e disponibilização de combustíveis, desse insumo energético para a sociedade. O projeto foi crucial para permitir esse desenvolvimento, permitir o desenvolvimento das reservas, permitir o atendimento ao mercado. Ele tem um valor que transcende à simples questão econômica do projeto em si, já que ele gera perspectivas futuras de desenvolvimento, inclusive de outras bacias, ao longo, como a Bacia do Jequitinhonha e outras bacias sedimentares que podem ser desenvolvidas, já que a infraestrutura agora está ali presente para transportar o gás.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A SPE, a Transportadora Gasene S.A., de caráter privado, foi criada com o objetivo de contratar os financiamentos, construir e operar os gasodutos. Qual foi o banco estruturador que levou à constituição da Transportadora Gasene S.A.? Quem foram os acionistas?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O banco que foi contratado para estruturar o negócio foi o Banco Santander. O Banco Santander estruturou o negócio a partir da empresa Gasene Participações. Essa empresa foi capitalizada e constituiu a Transportadora Gasene, que foi a empresa que levou a cabo a construção do duto. A Gasene Participações foi capitalizada a partir de um primeiro empréstimo-ponte do próprio Banco Santander, que criou um fundo em Nova York, para fazer essa capitalização inicial. E, depois, aportou recursos para a Transportadora Gasene também, um banco chinês. No início era o Eximbank da China. Depois, passou a ser o China Development Bank, através do BNDES. E também um fundo do Banco do Brasil, o BB Fund, aportou recursos para esse projeto poder ser concluído.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nessa sociedade, quem era o Sr. Antonio Carlos Pinto de Azeredo?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O Sr. Antonio Carlos Pinto de Azeredo representou as partes que tinham interesses nessa Transportadora Gasene: a PETROBRAS, que tinha o interesse na conclusão da obra, na sua condução, nos aspectos técnicos, para levar a cabo o projeto; o Banco Santander, que, por impedimentos dele, do banco, não pôde indicar um presidente para a Transportadora Gasene. Então, na empresa de contabilidade que foi contratada para fazer os registros contábeis da sociedade dessa empresa, o Dr. Antonio Carlos Pinto



de Azeredo, que era o dono dessa companhia, assumiu a posição de Presidente da Transportadora Gasene, para poder representar os interesses das três partes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual é a relação entre o PB Bridge Trust 2005 e a PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Esse fundo, embora se chame PB Bridge Trust, não tem relação nenhuma. Foi apenas o nome que o Banco Santander deu a esse fundo, para fazer um primeiro empréstimo, para fazer o que a gente chamou de empréstimo-ponte para a Gasene Participações, para capitalizá-la inicialmente, para poder dar início ao projeto. Mas é um fundo integralmente do Banco Santander, que foi gerido, eu acho, no início, pelo HSBC em Nova York.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ainda em relação ao processo de acompanhamento da Gasene no Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas da União mantém em andamento uma apuração. Os jornais já noticiaram várias informações, embora digam que os processos tramitam como sigilosos, mas é um “sigilosos” que todos nós já lemos tudo sobre esses sigilos. O Tribunal de Contas da União determinou que cópias fossem enviadas à Polícia Federal e à Justiça Federal.

V.Sa. tem conhecimento desses processos e se esses processos foram enviados à Polícia Federal e à Justiça Federal? O que se questiona? Qual é a avaliação de V.Sa. sobre essa polêmica ainda em torno do Tribunal de Contas e fiscalização?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim, sim. O principal ponto que está em questão, embora tenham alguns pequenos pontos que o Tribunal identificou nos registros contábeis, nas questões tributárias, enfim, na condução do que a gente chama de achados do Tribunal, a principal questão — eu acho que ainda não há uma definição clara nem dentro do próprio TCU — é sobre a possibilidade de ele auditar a Sociedade de Propósito Específico, a contabilidade dessa Sociedade de Propósito Específico, e verificar as suas contas. Mas, de uma maneira geral, no projeto, ele consegue auditar e consegue alcançar as contas e alguns valores ali identificados.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. foi convocado a prestar algum esclarecimento relativo a esses processos?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. concorda em que nós poderíamos chamar a Transportadora Gasene de uma empresa de fachada, como alguns se referem a ela?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, de forma nenhuma. É uma empresa estruturada de acordo com as leis, dentro de todas as qualificações legais, tem todos os seus diplomas legais perfeitamente corretos, operou de forma correta, levou a cabo um projeto importantíssimo e concluiu esse projeto de uma forma importante para a PETROBRAS e clara, transparente. Não havia nada ali que não fosse visível e conhecido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual foi o papel da empresa chinesa SINOPEC no Projeto GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Bom, nesse caso, a estruturação financeira teve uma grande participação, uma participação relevante dos bancos chineses. Como eu disse no começo, pelo Eximbank, havia uma expectativa do Governo chinês de utilizar não só as empresas chinesas, no caso a SINOPEC, mas também materiais e equipamentos chineses. Ao longo da implantação do projeto, viu-se que era muito mais vantajoso utilizar os fornecedores locais, os fornecedores nacionais. Então, a maior parte dos tubos foi fornecida por fornecedores nacionais. E, com isso, reduziu muito essa participação de fornecedores locais chineses no Brasil. E, com isso, o Eximbank saiu, e o China Development Bank assumiu, então, aportando recursos. E, obviamente, ele o fez a custos muito baixos, com uma condição de que a empresa chinesa, SINOPEC, fosse a “EPCista” desse contrato aí. A contrapartida por esses baixos custos foi a SINOPEC, a empresa chinesa, operar como “EPCista” nesse contrato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. sabe quais foram os valores contratados e assinados com a SINOPEC?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Bom, com a SINOPEC especificamente... Eu tenho os valores globais. Na verdade, eu estou como diretor há 2 meses, e alguns detalhes ainda me fogem. Eu estudei o projeto, anotei alguns dados e tenho o valor global. Os valores globais desse projeto eu tenho, mas especificamente com a SINOPEC eu preciso de uma ajuda dos universitários para conseguir. Em alguns minutos eu posso conseguir.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não, depois V.Sa. envia. Mas qual é o valor total?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O valor total do projeto custou 6 bilhões e 340 milhões. Ele foi contratado por um valor 20% abaixo desse valor, houve um acréscimo na realização e mesmo esse valor contratado também foi 4,5% abaixo da nossa estimativa de custo original para esse projeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem conhecimento das Cartas de Atividades Permitidas — CAP, adotadas pela PETROBRAS para a Transportadora Gasene S.A. Para que servem essas cartas? Qual é o conteúdo delas? Quantas foram emitidas para a Gasene? Essas Cartas de Atividades Permitidas são adotadas pela PETROBRAS em outros projetos?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Como eu disse aqui, o interesse da PETROBRAS era na realização correta tecnicamente desse projeto. O projeto, então, não tinha o capital financeiro, não era PETROBRAS. Mas eu posso dizer assim: o capital tecnológico, o capital técnico, o capital era a PETROBRAS, e ela fez isso a partir de um contrato, que a gente chama de CMA, com a Transportadora Gasene, em que ela, então, aportava esse conhecimento, essa capacitação técnica e o fazia através de Cartas de Atividades Permitidas. Então, as decisões técnicas, se algum trecho precisava ser desviado, ou um detalhe construtivo, ou soluções, ou qualquer dúvida, ao longo da implantação do projeto, ou a sua própria especificação eram determinadas pela PETROBRAS através desse contrato, chamado de CMA. E ela operacionalizava isso através de Cartas de Atividades Permitidas para a Transportadora Gasene, que dava cabo disso junto ao agente financeiro ou junto aos “EPCistas”.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. já tratou desse assunto, mas eu volto a ele. Além de representar os minoritários e as partes interessadas, o Sr. Antonio Carlos Pinto de Azeredo é proprietário de um escritório de contabilidade, a Domínio Assessores. Esse escritório também esteve envolvido no projeto, no trabalho? V.Sa. poderia...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim, a Domínio foi a empresa responsável pelos registros contábeis do projeto e da Sociedade de Propósito Específico. Como ele era o agente central, capaz de atender e representar todas as



partes envolvidas, ou seja, o capital tecnológico, por via da PETROBRAS, o capital financeiro dos bancos e os “EPCistas”, ele pôde, então, ocupar essa função, presidir a Transportadora Gasene. Então, a Domínio foi o escritório de contabilidade responsável pelos registros contábeis. E o seu proprietário assumiu a presidência da transportadora por essa possibilidade, por essa capacidade de representar as partes envolvidas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. sabe qual era o endereço da sede da Transportadora Gasene? Era a sede desse mesmo escritório?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Creio que sim. Eu não tenho certeza, mas eu creio que sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - “*Creio*”. Ainda segundo o requerimento de criação desta CPI, a Gasene teria sido — abre aspas — “*constituída para burlar a ação dos órgãos de fiscalização e controle, uma vez que era a própria PETROBRAS que geria o negócio, utilizando-se de um ‘laranja’, como o Presidente da empresa, entre os anos de 2005 e 2011*”. O que V.Sa. tem a dizer a respeito dessa acusação que é feita no ato de criação desta CPI?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Os papéis sempre foram muito claros, as figuras envolvidas sempre foram representadas e suportadas por contratos claros e transparentes. Então, não havia nada o que esconder nem o que omitir nesse processo. Então, não há como se falar em nenhuma dessas alternativas, em nenhuma dessas possibilidades. E não ocorreu ali, nessa estruturação, nenhuma irregularidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ainda segundo a imprensa, o Tribunal de Contas da União teria constatado um superfaturamento da ordem de 1.800% na construção do Trecho III do GASENE, Gasoduto Cacimbas-Catu. V.Sa. tem conhecimento disso?

Em depoimento a esta CPI, a Sra. Graça Foster afirmou que se tratou de um equívoco, porque esse — entre aspas — “*superfaturamento de 1.800% se referia a um item, à manta térmica, e não ao trecho*”. O que V.Sa. teria a dizer a esse respeito?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - É correto, foi uma manta geotérmica. O montante dela, eu apurei em 30 mil reais, e ela, na planilha de custos, constava com



um indicador unitário que era muito mais baixo. E, no seu valor total, a diferença, de fato, apontada pelo TCU, para esse indicador unitário, foi de 1.800%. Isso representou uma diferença de 30 mil reais em um projeto de 6 bilhões e 300 milhões de reais. Não é relevante, é um item. Assim como um item apresentou valores maiores, outros itens apresentaram valores menores e, no final, o projeto todo foi realizado com orçamento 20% acima do que foi contratado. E ainda assim...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A polêmica gerada em torno da notícia do superfaturamento de 1.800% era de um item e virou de um trecho e se refere a apenas 30 mil reais em um investimento total de 6 bilhões. É isso?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o projeto total do GASENE é de 6 bilhões redondos ou...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Seis bilhões e 340 milhões representam bem a ordem de grandeza do investimento total.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o BNDES entrou com quantos bilhões nesse projeto?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Olha, eu consegui resgatar aqui, através do Eximbank e do CDB: foi de 1,17 bilhão a participação do BNDES; e o restante através do BB-Fundos e de outras fontes de recursos que foram captadas para esse projeto; 1,17 bilhão de dólares, o que deve dar, no câmbio, aí, alguma coisa em torno de 2,5 a 3 bilhões de reais, mais ou menos 50% do valor total do projeto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. sabe quais foram as empresas que trabalharam para a obra da Transportadora Gasene S.A.? Essas empresas detinham a propriedade do gasoduto e demais ativos e passivos do projeto?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - A SINOPEC, como a empresa de construção e montagem principal, subcontratou algumas empresas, mas nenhuma delas... A Transportadora Gasene era proprietária do ativo e, obviamente, tinha suas obrigações relativas ao ativo e depois pode auferir as receitas que eram da tarifa de transporte pelo gasoduto.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em algum momento V.Sa. ouviu dizer que esse Projeto GASENE tenha levado algumas pessoas ou empresas a pagar



propina a empregados ou diretores da PETROBRAS? Que o projeto tenha levado ao desvio de conduta para pagamento de propinas?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, em nenhum momento eu ouvi falar sobre nenhuma irregularidade, nenhum ilícito na condução desses projetos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem conhecimento de alguma irregularidade ocorrida no Projeto GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No entender de V.Sa., esse projeto trouxe prejuízo para a PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Ao contrário, esse projeto, como eu disse, tem um valor que é maior do que puramente o valor econômico-monetário. Ele tem um valor estratégico. Então, se a gente for contabilizar ou traduzir isso em valores, ele traz um grande benefício à PETROBRAS — a possibilidade de monetização, de desenvolvimento de reservas de gás — e ao Brasil, por levar esse insumo a regiões muito distantes e poder disponibilizar esse insumo energético de forma planejada, de forma estruturada para vários mercados do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, na opinião de V.Sa., o valor total do projeto é compatível com as métricas internacionais?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - É compatível na sua execução também. Os custos relacionados são compatíveis com as métricas internacionais. As características de um projeto dessa extensão e os benefícios também foram muito importantes e são até hoje muito importantes para a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, nesse caso específico, o projeto final ficou abaixo do estimado pela PETROBRAS, na média, acima, como?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Na sua conclusão, esse projeto ficou 20% acima. Esse projeto cruzou inúmeros rios e teve um traçado de 1.400 quilômetros, passou por regiões de relevo complexo. Eu acredito que seja muito difícil, no seu planejamento, prever todas as condições. Então, houve algumas dificuldades na transposição, nos furos direcionais para ultrapassar os rios. Houve períodos e algumas dificuldades que levaram a esse aumento de custos no projeto, mas se manteve o projeto perfeitamente dentro das métricas internacionais e compatíveis com os benefícios que ele trouxe.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com todo esse investimento, é um projeto que hoje dá lucro?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Dá lucro e vai continuar sendo estratégico e importante para a PETROBRAS e para o Brasil por muitos anos. Por muitos anos. Será uma peça-chave para o desenvolvimento da indústria de gás no Brasil pelos próximos 20, 30 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E em relação ao pré-sal, que aumentou — e muito — as nossas reservas de óleo e gás, V.Sa. faz alguma relação do GASENE com o que é colocado como reserva de óleo e gás, a partir do pré-sal, potencializaria o Projeto GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu acho importante a gente observar e mencionar o momento, a evolução e o que está acontecendo no pré-sal, não só a relevância das descobertas, mas a velocidade da implantação e a necessidade de soluções imediatas para possibilitar a colocação desses volumes de gás no mercado, e a decisão de fazer o GASENE lá atrás, até mesmo antes da descoberta do pré-sal, baseada não só nos recursos que existiam, na perspectiva que se tinha de desenvolvimento dessas reservas, mas compatível com o esforço exploratório que a PETROBRAS já empreendia durante esse período, que já apontava para resultados relevantes na Bacia do Espírito Santo, na própria Bacia de Campos e no início da Bacia de Santos. A gente pode lembrar a descoberta de Mexilhão e de outros campos. O pré-sal veio depois e hoje o pré-sal já apresenta resultados expressivos. Então, a existência de projetos estruturantes, de projetos importantes, como um projeto de infraestrutura como esse do GASENE, torna-se um elemento fundamental, que vai viabilizar, vai acelerar e vai permitir que rapidamente a gente possa prosseguir desenvolvendo e ampliando a atividade no pré-sal sem ter uma restrição de ter que voltar para implementar os projetos de infraestrutura antes de desenvolver os campos. Então, uma boa parte do que se pode observar na velocidade do desenvolvimento das reservas do pré-sal decorrem dessas decisões, que têm um cunho também estratégico, que já antecipam essa disponibilidade da infraestrutura que vai ser utilizada e que está sendo utilizada atualmente. Para lembrar, só para trazer alguns números, a gente já está aí com mais de 700 mil barris por dia de produção no pré-sal. O pré-sal hoje já produz, já entrega gás em



torno de 7 milhões, o que já representa 7% do mercado nacional de gás. A partir do final deste ano, início de 2016, com a entrada da segunda rota de escoamento, o pré-sal caminha para, em 1 ou 2 anos, chegar a 15% do mercado. Na sua plenitude, o pré-sal deve chegar a 30% de suprimento do mercado nacional. Isso se viabiliza, sim, através da implementação de projetos de infraestrutura de transporte de gás no Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não tem a ver com o eixo desta CPI, mas a maior polêmica gerada em torno de uma declaração de V.Sa. se deu na aula inaugural da COPPE, na UFRJ, onde V.Sa. se referiu criticamente ao balanço da PETROBRAS, dizendo que a situação da empresa era delicada e de grande complexidade.

Isso foi o que saiu na imprensa. Isso está fora do contexto, embora não esteja no eixo, mas, como é um projeto que é questionado, essas palavras foram pinçadas fora do contexto ou realmente estavam dentro do contexto? Apenas para eu dar oportunidade e, porventura havendo a necessidade de retornar, o que existe de versão e de fato em relação a isso que foi noticiado pela imprensa em uma declaração de V.Sa.?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O fato é que existe um trabalho sério, concentrado, dedicado para proporcionar um balanço transparente, claro, compreensível e auditado o mais breve possível. Esse é o fato. A forma, eu acho que a imprensa sempre usa formas diferentes para representar, mas o fato é esse. Existe um trabalho concentrado, dedicado, sério e importante sendo realizado para disponibilizar um balanço claro, transparente, auditado, crível, compreendido por todos a respeito das contas e dos números da PETROBRAS, e fazer isso o mais breve possível.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, por ora eu me dou por satisfeito. Havendo necessidade, eu retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos agora para os Sub-Relatores. O Deputado Altineu Côrtes é o primeiro Sub-Relator presente e tem a palavra por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CORTÊS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Relator, Sr. Hugo Repsold Júnior, a PETROBRAS tomou decisões



estratégicas, acredito que estudos, enfim, nos últimos 10 ou 15 anos, nas ações que ela tentou implementar. Em algumas ela terminou os projetos, em outras não, para construir refinarias, o Projeto GASENE, a compra de equipamentos, mas, infelizmente, a gente vê tudo isso afogado nessa corrupção que foi desvendada nessa ação do Ministério Público, e nós chegamos a esta CPI.

O senhor, como funcionário da PETROBRAS, a gente vê quando o senhor chega e se apresenta... Tantos anos de PETROBRAS, uma vida inteira dentro da empresa, hoje o senhor é diretor... O senhor afirmou que a PETROBRAS passou os últimos anos focada em melhorar o controle dos processos para reduzir os atrasos nas obras. Imagino que causa um prejuízo enorme a uma empresa do potencial da PETROBRAS atrasar uma obra.

O senhor não participou ou dentro da empresa não existia uma estratégia de controle para reduzir os preços e, conseqüentemente, estar de olho numa possível corrupção ou a preocupação era só com os atrasos das obras?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O prazo de implantação dos projetos é um item muito importante. O encadeamento... Como eu disse aqui, um projeto de exploração e produção, para ser levado a cabo, precisa que a infraestrutura esteja no prazo certo disponível. O atraso da infraestrutura vai levar a restrições na implantação e na disponibilização do gás e do óleo. Então, essa gestão do prazo de implantação dos projetos é importante, e o esforço para recuperar os prazos, muitas vezes, trouxe alguns custos, porque era muito importante fazer esse encadeamento entre vários projetos na cadeia toda de petróleo e gás.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CORTÊS - Na sua experiência — eu não sei se o senhor é de Niterói ou morou em Niterói, vejo que o senhor estudou na UFF, na nossa região de Itaboraí e São Gonçalo... Hoje, inclusive, *O Globo* publicou uma matéria muito triste sobre a situação do COMPERJ que demonstra um prejuízo de 45 bilhões de reais. Segundo a matéria, é uma incógnita qual será a posição da PETROBRAS em relação a terminar uma refinaria que parece que está 80% concluída. A outra já foi cancelada, segundo essa matéria.

O senhor, como funcionário da PETROBRAS, mesmo tendo havido todos esses prejuízos e essa corrupção — esses projetos estratégicos foram estudados tecnicamente lá atrás —, acha que isso deveria ser terminado, essa refinaria, nesse



caso, deve ser terminada, como outros projetos da PETROBRAS, mesmo estando envolvidos em todo esse processo de corrupção?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Concluir os projetos é importante. Eu não vou falar do projeto da refinaria por eu estar na área de gás e energia, mas, obviamente, concluir um projeto que está 80% iniciado é importante para que ele possa gerar caixa e retornar os investimentos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CORTÊS - Se o projeto foi dimensionado para dar um retorno financeiro à PETROBRAS e houve corrupção envolvida, isso se perdeu, mas, de alguma forma, deixar de fazer esse projeto acontecer, se tecnicamente seria importante para a empresa, eu acho que é jogar tudo no ralo. O senhor considera, então, que os projetos que tecnicamente a PETROBRAS começou, deve terminar?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Considero.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CORTÊS - O senhor disse, se não me engano, que colocar a PETROBRAS para investir em todas as dimensões é um erro estratégico. Diante da atual crise, pela experiência do senhor na empresa e pelo cenário mundial em que se encontra a questão do petróleo, em que o senhor acredita que a PETROBRAS deveria focar hoje?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - A minha frase foi uma resposta a uma pergunta sobre a possibilidade de a área de energia investir em energia nuclear, em energia fotovoltaica e outras formas de energia alternativa. Eu acho que a gente precisa colocar a área de gás e energia da PETROBRAS como uma área que decorre da área de exploração e produção. Então, o aproveitamento do gás, para a área de Gás e Energia, é o foco e deve ser o foco da área de Gás e Energia. O aproveitamento do gás dentro das suas formas, o que hoje a gente já desenvolveu bastante, atendeu o mercado industrial, o mercado residencial, o mercado termelétrico e o mercado do gás como matéria-prima para a indústria.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Só para finalizar: na Diretoria da qual hoje o senhor está à frente existe algum outro projeto que está, vamos dizer, andando mais devagar ou paralisado fruto dessa descoberta dessa rede de corrupção que afetou a PETROBRAS?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, fruto de nenhum desses ilícitos aí. Nenhum dos projetos foi afetado por esses ilícitos. Nós estamos com uma fábrica de fertilizantes em Três Lagoas, que é um projeto muito importante, estratégico, também relevante para a PETROBRAS, que foi interrompido por um desempenho insuficiente e incompatível com o projeto e que, da mesma forma, é preciso resolver os conflitos e os problemas para retornar, porque é importante que ele retome, venha a produzir receitas e, enfim, cumpra o seu objetivo. E esse é o projeto que a gente tem com alguma dificuldade aí neste momento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Seguindo com os Sub-Relatores, concedo a palavra ao Deputado Bruno Covas por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Sr. Hugo Repsold Júnior, no dia em que o senhor disse, como aqui lembrou o Relator, *“estamos vivendo um momento delicado e de grande complexidade”*, o senhor também comparou a corrupção a um câncer. O senhor disse: *“É uma coisa horrível para a empresa, para os empregados e para o País. É um caso a ser tratado dentro da lei, com muito rigor, e dentro da empresa também. A gente precisa extirpar esse câncer”*.

Sr. Hugo, normalmente as causas de câncer podem ser internas, determinadas geneticamente, ou externas, relacionadas a hábitos, usos e costumes. Na opinião de V.Sa., a que devemos atribuir a existência desse câncer da corrupção na PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Primeiro, essa matéria derivou de uma pergunta também de um professor, nessa aula inaugural, que mencionou que ele havia tido um câncer, tinha feito uma cirurgia, extirpado o seu câncer e viu que era benigno. E ele, assim, desejava que esse processo todo terminasse para a PETROBRAS de forma benigna. Eu acho que esse processo é, como eu disse, um processo policial, um processo que deve ser tratado, como ele foi identificado, pelos órgãos da polícia, com todo o apoio que se puder dar e prestar para que ele seja



esclarecido. Diz respeito a pessoas e essas pessoas devem responder por esses atos ilícitos que foram cometidos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. era do Conselho de Administração da Transportadora Associada de Gás S.A. — TAG, subsidiária da PETROBRAS, quando ela incorporou a Transportadora Gasene S.A., no dia 31 de janeiro de 2012, por 6,3 bilhões de reais. Correto?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Eu sou o Presidente hoje do Conselho de Administração da Transportadora Gasene. Estava no Conselho, como conselheiro da Transportadora Gasene, mas entrei acredito que 1 mês ou 2 depois de ela já ter incorporado a Transportadora Gasene.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A partir de que momento o senhor passou a participar do Projeto GASENE, a acompanhar, a responder? O senhor disse que a partir de 2010 foi quando passou a fazer parte de cargos de gerência na PETROBRAS. A partir de que momento o senhor teve contato, passou a participar do Projeto GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - A partir de 2012, quando eu vim para o Gás e Energia, mas o projeto já estava, como eu disse... Naquele momento em que as coisas se inverteram, foi muito mais vantajoso para a PETROBRAS aportar os recursos e incorporar esse projeto. Então, o projeto já estava todo incorporado, a SPE já não existia mais.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Pedro Barusco, em depoimento aqui a esta CPI, afirmou que havia o pagamento de propina, no caso do GASENE, em relação às obras do GASENE. V.Sa. não percebeu nenhuma metástase desse câncer em relação à construção do GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - V.Sa. acha que esse câncer atendia a interesse de alguém?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Na época da incorporação, o senhor sabe dizer se o Diretor Comercial da Transportadora Associada de Gás S.A. era o Sr. José Orlando Melo de Azevedo?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Desculpe, V.Exa. pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Claro. O senhor sabe dizer se, na época da incorporação, o Diretor Comercial da TAG, a Transportadora Associada de Gás S.A., era o Sr. José Orlando Melo de Azevedo?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não tenho certeza. Eu não posso afirmar, eu não tenho certeza. Posso verificar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor sabe se ele, em algum momento, participou como diretor dessa empresa?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não me lembro. Eu estou — de novo — há 2 meses como diretor. Entrei depois dessa incorporação e não me lembro de ter visto o nome dele associado à transportadora, mas posso verificar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por favor. V.Sa. sabe dizer se a PB Bridge Trust foi criada especificamente para estruturar o Projeto GASENE ou já era um fundo que existia antes do Projeto GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, foi especificamente para fazer o empréstimo ponte para constituir a Gasene Participações, que aportaria recursos na Transportadora Gasene.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor explicou aqui como foi a escolha do Sr. Antônio Carlos Pinto de Azeredo para presidir e ser um dos sócios da Transportadora Gasene e da Gasene Participações. Ele tinha algum contato dentro da PETROBRAS, o Sr. Antônio Carlos?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O Sr. Antônio Carlos recebia orientações através das CAPs da área técnica da engenharia e mantinha essa relação de informações e de prestação de contas também contábeis, a respeito da escrituração contábil pela empresa Domínio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sim, e quem era o principal interlocutor dele dentro da PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu acho que a área de engenharia. Na época, quem estava à frente desse Projeto GASENE... Eu não sei quem estava à frente na engenharia. Mas a área de engenharia tinha um núcleo específico para lidar com essas orientações técnicas e com as CAPs com a Transportadora Gasene.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas o senhor não sabe afirmar quem era o principal interlocutor dele à época.

O senhor disse aqui que ele foi escolhido até por ser o contador da empresa. Então, é correto afirmar que ele não tinha nenhum conhecimento técnico acerca do Projeto GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Não tinha? É correto afirmar?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - É correto afirmar.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado. V.Sa. sabe que o Sr. Pedro Barusco foi um dos responsáveis pelos aditivos contratuais que encareceram as obras do GASENE?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, não sei do Sr. Pedro Barusco ter sido o responsável por esses aditivos, mas sei que esses aditivos foram em função de dificuldades técnicas encontradas pelo projeto, como eu falei, transposição de rios, e buscando manter os prazos. Em função dessas dificuldades, recuperar esses prazos.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A PETROBRAS fechou agora, dia 1º de abril, na semana passada, um contrato para financiamento de 3,5 bilhões de dólares, algo em torno de 11 bilhões de reais, no Banco de Desenvolvimento da China. Especialistas têm dito que a estatal foi à China porque o mercado em que tradicionalmente buscava financiamento parece estar fechando as portas. Isso, em decorrência do adiamento da publicação do balanço e do rebaixamento da nota de risco de crédito. V.Sa. podia nos informar as condições desse empréstimo e quais foram as contrapartidas da PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Olhe, eu não conheço essas condições do financiamento nem as contrapartidas. A área financeira que cuidou disso. É recente, eu não tenho nenhum dado, nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Muito bem. De acordo com o depoimento do Sr. Pedro Barusco, ele colocou aqui alguns valores em relação à propina que teria sido paga envolvendo os gasodutos da PETROBRAS. Em valores em reais, ele disse que a parte dele, Pedro Barusco, seria de 11 milhões 196 mil e 268, valores em reais, agora de março de 2015; 16 milhões e 800 mil do Renato



Duque; e 28 milhões referentes ao partido. É um total de 55 milhões 981 mil reais. O senhor tem algo a dizer em relação a esse fato?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Nada?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Nada.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor confirma a informação de que passou a ocupar o cargo de gerente-executivo apenas no final de 2010.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Isso, nas áreas corporativas. Depois, eu vim para o Gás e Energia em 2012.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Nesse período, o senhor era ligado a algumas dessas pessoas: Guilherme Estrella, Renato Duque, Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu fui ligado diretamente ao Diretor Estrella? Não. Eu fui ligado à gerência executiva corporativa do E&P até 2010; a partir de 2011, eu fui ligado diretamente à Presidência da PETROBRAS; e, em 2012, passei a ser ligado ao Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Embora o senhor tenha declarado que passou a ocupar cargo de gerente no final de 2010 e que estava antes lotado na Diretoria de Exploração e Produção da PETROBRAS, a verdade é, V.Exa. sabe, que as obras do Projeto GASENE iniciaram em 2006. É isso?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Mas o senhor tem demonstrado um profundo conhecimento em relação à estruturação e à implementação, explicando, inclusive, como foi a escolha do Sr. Antônio Carlos para presidir a empresa. É por que o senhor estudou ou por que o senhor, à época, já acompanhava o processo?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Eu procurei me preparar para poder responder às perguntas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Bruno.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado. Eram só essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O próximo Sub-Relator é o Deputado Arnaldo Faria de Sá. S.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente...

Sr. Hugo, apesar de o senhor ter substituído o Renato Duque só recentemente, o senhor tinha conhecimento de todas as confusões em que ele estava metido?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Eu vou fazer uma correção: eu não substituí o Sr. Renato Duque. Eu substituí o Dr. José Alcides Santoro, que era o Diretor de Gás e Energia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi o seu relacionamento ou o seu conhecimento com Renato Duque?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Nenhum. Eu conheci Renato Duque como diretor nas reuniões de diretoria, nas apresentações de resultado e eventualmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Das reuniões de diretoria de que ele participava o senhor participou também?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - De algumas eu participei na apresentação de resultados e discussão de resultados, e ele era um dos diretores.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E com o Barusco?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Com o Barusco, eu fui engenheiro do E&P durante alguns anos, e ele era o engenheiro naval, de outra área, mas...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas tinha alguma ligação com ele?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi o primeiro projeto de gasoduto da PETROBRAS que o senhor tocou?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Nenhum. Eu não toquei nenhum projeto de gasoduto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que o senhor conhece de projeto de gasoduto da PETROBRAS, sendo o responsável pela Gasene?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu hoje... De novo, eu estou no Gás e Energia desde 2012.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Gás e Energia é que cuida de gasoduto, não é?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Cuida de gasoduto. Exatamente. E estou no Conselho da Transportadora Associada de Gás...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Quero saber de gasoduto. Que gasoduto o senhor tem conhecimento da PETROBRAS, qual o andamento, qual a fase? É isso o que eu quero saber.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu conheço os gasodutos da malha Nordeste, Sudeste, do GASENE e conheço o Brasil-Bolívia também.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Brasil-Bolívia, por que deu errado?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O Brasil-Bolívia é um outro grande caso de sucesso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sucesso para a Bolívia, não para o Brasil, não é?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu acho que sucesso é sucesso. É um caso de sucesso. É um gasoduto...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor acha que é sucesso para o Brasil?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu acho 30 milhões de metros cúbicos por dia para o mercado brasileiro um insumo muito importante e muito valioso, que permite o desenvolvimento de muitas indústrias e permite o acesso a um insumo energético de grande importância...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com as imposições da Bolívia. Fizemos a obra para a Bolívia impor para nós.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não... Eu acho que é um negócio que atende aos interesses das duas partes: do Brasil e da Bolívia, da PETROBRAS e da YPFB.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E atende o Brasil com todas as imposições que a Bolívia colocou depois de ter terminado o gasoduto?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Um projeto dessa magnitude sempre tem questões, e essas questões entre as partes sempre são resolvidas na mesa de negociação e sempre chegaram a uma boa solução.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E na mesa de negociação, o Brasil levou vantagem ou desvantagem com a Bolívia?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Foi um bom negócio para as duas partes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não. Não, não, não, eu não quero saber se foi um bom negócio. O Brasil levou ou não levou desvantagem na...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não houve nenhuma desvantagem para o Brasil.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nenhuma?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Nenhuma desvantagem para o Brasil. Ao contrário. O Brasil se beneficiou e obteve grandes vantagens.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E quando a Bolívia desapropriou a PETROBRAS lá, o senhor acha que foi um valor justo o que a Bolívia pagou para o Brasil?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não sei avaliar. Eu não estava envolvido nessa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Independentemente de o senhor estar envolvido, o senhor é um técnico, o senhor conhece.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Eu não tenho nem como avaliar. Eu nem sei o valor que foi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o gasoduto de Caraguatatuba, Vale do Paraíba, Taubaté?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Caraguatatuba-Taubaté?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Também é um outro projeto muito importante, com várias inovações tecnológicas que permite, em particular, o desenvolvimento do pré-sal que chega. O primeiro gás do pré-sal está chegando à estação de Caraguatatuba. E está sendo processado, tratado em Caraguatatuba e pode subir para chegar ao mercado através desse gasoduto.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Na PETROBRAS, quem cuidou da operação inicial do gasoduto de Caraguatatuba a Taubaté?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sei dizer. Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor já não estava na PETROBRAS nessa época?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Estava na PETROBRAS na exploração e produção nessa época.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E dessa diretoria, não é?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, não. O gasoduto ali era da Diretoria de Gás e Energia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o que o senhor acha que levou tanta distorção nesses problemas todos que o senhor chegou a comentar agora realmente que é um câncer o que aconteceu? Por que se deu essa distorção toda na PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu acho que o que foi e o que eu tomei conhecimento a partir do que foi veiculado pela mídia, que foi trazido através dos depoimentos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. O que foi divulgado pela mídia eu tenho conhecimento. Eu quero saber lá dentro da PETROBRAS, o que o senhor teve de conhecimento lá dentro de tudo isso que...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não tive nenhum conhecimento dentro da PETROBRAS do que estava acontecendo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor conhecia todos esses caras e não sabe de nada do que está acontecendo lá dentro?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sei. Não soube de nada. Não vi isso acontecer. Eu fui surpreendido por isso. Eu fui surpreendido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E qual foi a sua surpresa?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Minha surpresa foi ver projetos dessa magnitude, relevantes e importantes, e descobrir depois que houve... algumas pessoas cometeram esses ilícitos. É surpreendente. Isso é surpreendente.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor leu os jornais de hoje, não leu? O negócio da Schahin que vai desativar sondas de perfuração. O senhor acha isso uma coisa assim assustadora?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Veja bem, o mercado tem momentos de expansão, e hoje há uma retração no mercado no mundo inteiro. Não é uma situação, assim, particular aqui no Brasil. Mas não é o que se espera. O que se espera é o desenvolvimento contínuo de todas as empresas, geração de empregos, de renda, desenvolvimento, implantação de projetos. É isso que se espera diante do potencial que tem sido revelado no Brasil para a indústria do petróleo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor disse que no mundo inteiro está tendo crise. Mas no mundo inteiro não tem a corrupção que tem aqui na PETROBRAS, não é?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sei dizer isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu estou afirmando. Não tem a corrupção que tem aqui na PETROBRAS. A corrupção que teve aqui na PETROBRAS envolvendo uma empresa internacional foi a SBM Offshore. O senhor conhecer a SBM?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Conheço.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que o senhor conhece da SBM?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Uma empresa que afreta unidades de produção e afretou algumas unidades para a PETROBRAS, mas também... Hoje eu estou aqui buscando responder sobre a área de gás e energia. Mas, na época em que eu estive na E&P, ela afretou algumas unidades. Era uma empresa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E era a sua área. A E&P não era a sua área?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - ... que afretava unidades. Afretava unidades para a E&P.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E a questão da SBM era daquela época que o senhor estava na E&P, não é?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não era da sua época?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Era.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E o senhor não sabia de nada?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sabia de nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor soube que a SBM fez um acordo na Holanda de mais de 200 milhões de dólares para não ser punida pela corrupção que fez na PETROBRAS aqui no Brasil?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu ouvi falar pela mídia desse acordo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Esse acordo foi justamente naquela época em que era uma área que o senhor tinha atuação. E, naquela atuação, quem procurava desviar a sua atenção para o senhor não ver o que estava acontecendo?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, não havia isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o senhor soube que houve essa operação da SBM holandesa?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Soube recentemente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, na época, não era uma área da qual o senhor era afim?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Havia vários afretamentos, mas não havia nenhuma notícia sobre isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, tudo bem, a notícia veio agora, mas o fato ocorreu naquela época, numa área de que o senhor participava, estava ali. Não viu nada?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não vi nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor não é uma pessoa tão indiferente à realidade, não é desatento para não saber o que está acontecendo aquilo. O senhor não é uma pessoa de pouca importância no contexto, tanto que hoje ascendeu a posições de destaque. Para ascender, o senhor teve alguns degraus, e, para chegar a esses degraus, não estava percebendo que estava acontecendo tudo isso, ou o senhor se calou por conveniência?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, eu repito: eu fui surpreendido por esses fatos.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Surpresa mais surpresa, eu acho que quem tem direito de poder dizer que está surpreendida é a população brasileira, mas o senhor estava no meio do rolo, no meio da confusão, no meio da corrupção, jamais pode dizer que está surpreendido. V.Sa. esteve em um setor que está envolvido com a SBM holandesa; a SBM holandesa que foi punida pela própria justiça holandesa pelo que fez aqui no Brasil, e V.Sa. disse que não sabe de nada. Eu não entendo isso, V.Sa. está sob juramento aqui. V.Sa. sabe que está sob juramento?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sei perfeitamente. Eu não sabia de nada, fui surpreendido e estou sendo honesto de acordo com o que eu me comprometi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu estou surpreendido com o nosso depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo Sub-Relator é o Deputado André Moura. S.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Hugo, V.Sa. tem 30 anos de PETROBRAS, 30 anos nas áreas de exploração, produção, estratégia, desempenho empresarial, gás e energia, uma significativa experiência e uma carreira exitosa, chegando agora à diretoria da empresa. Então, V.Sa. tem, por certo, valiosas informações a esta CPI.

Eu fiz questão de entregar cópia de todas as nossas perguntas para poder ajudar nas suas respostas, que eu espero sejam respostas verdadeiras, mesmo porque V.Sa. está sob juramento.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção para que nós possamos iniciar aqui algumas acareações. E eu vou solicitar, através de requerimento, alguns depoimentos em que existem contradições, para que realmente possamos cumprir com o que determina o Regimento desta Casa.

Sr. Hugo, durante sua vida dentro da PETROBRAS, mais especificamente nos últimos 10 anos, quais as irregularidades, desvios de conduta e mesmo crimes de que V.Sa. tem ciência ou que lhe foram reportados? Pode nos relatar indícios ou casos comprovados de corrupção?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Nada me foi relatado ou reportado, e eu não tenho ciência de nenhum desvio cometido. Portanto, não há o que relatar aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Quer dizer que V.Sa. não tem ciência de nenhuma irregularidade na PETROBRAS nos últimos 10 anos?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, fiquei sabendo pelo que foi veiculado pela imprensa e trazido à tona aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mesmo estando em uma posição privilegiada de comando da PETROBRAS, V.Sa., como todos, aliás, que vêm aqui nesta CPI, ninguém tinha conhecimento — as coisas aconteciam, caíam do céu, e ninguém tinha conhecimento —, e V.Sa. é mais um daqueles que não tinham conhecimento da corrupção, da roubalheira dentro da PETROBRAS, mais um santo, mais um anjo aqui.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu repito que eu fui surpreendido com o que ocorreu.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - É, todo mundo tem sido surpreendido, até nós. É engraçado que ninguém tem conhecimento da roubalheira da PETROBRAS.

V.Sa. tem coragem aqui de nos apontar os executivos que praticavam condutas criminosas contra o patrimônio público na PETROBRAS? Algumas dessas condutas ocorreram no âmbito da diretoria que V.Sa. recentemente assumiu?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, mais uma vez, eu não tenho como apontar e não tenho esse conhecimento para dar essa resposta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não sabe de nada! É um inocente. É um inocente. Não sabe de nada. É um inocente.

V.Sa. poderia nos dizer quais as pessoas naturais ou jurídicas que foram responsabilizadas pelos órgãos internos da PETROBRAS e quais sanções foram a elas aplicadas?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não. Também não. Está certo.

Acho que vou declinar das outras perguntas, Presidente, porque o inocente aí, o santo aí não sabe de nada. É tudo “não”. Não sabe, não tem conhecimento.



Vou perguntar mais uma. Quais dos fatos acima referidos estão relacionados a Sete Brasil Participações S.A. ou ao Fundo de Investimento em Participações Sondas, o FIP Sondas? V.Sa. sabe responder?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sei responder.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E V.Sa. faz o que na PETROBRAS há tantos anos? Nada? Trabalha ou fica lá jogando? Faz o quê? Diga-me aí, porque V.Sa. não sabe de nada. V.Sa. está pensando que aqui tem palhaço para poder estar ouvindo a sua resposta que não sabe de nada?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Se eu soubesse, eu...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Estamos aqui para trabalhar, produzir e passar o Brasil a limpo da corrupção de que V.Sa. faz parte.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu estou aqui colaborando e contribuindo...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E só respondendo que não sabe de nada?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - ... da melhor maneira possível.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Só respondendo que não sabe de nada.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Quando eu não sei, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E não quero ser interrompido, Sr. Presidente, por ninguém. Estou logo avisando: por ninguém. Estou no meu direito de perguntar.

Então, V.Sa. não sabe de nada?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sei de nada.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Está bem.

Ocorreu alguma tentativa de cooperação de V.Sa. para a prática de atos ilícitos no âmbito das operações da PETROBRAS ou de suas coligadas, sócios ou contratadas? V.Sa. participou ou teve ciência de alguma negociação com o fim de desviar dinheiro público ou da PETROBRAS? E, se teve, como se deu e quais as



formas das condutas praticadas ou medidas adotadas por V.Sa.; e quais as pessoas envolvidas nessas condutas ilícitas?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - De forma nenhuma. Não tive nenhuma... Não houve nenhuma tentativa. E eu também não consigo responder a nenhuma dessas outras perguntas aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Hum, está bem.

V.Sa. conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Esteve alguma vez com ele?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não. Mantém algum vínculo de amizade profissional ou de negócio?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não.

V.Sa. ocupou o cargo de Gerente Executivo Corporativo de Gás e Energia na PETROBRAS. Poderia nos informar se houve algum tipo de corrupção na empreitada de ampliação da malha de gás natural a partir do ano de 2005? E como isso ocorreu?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não poderia.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não. V.Sa. poderia nos dar uma estimativa do tipo e valor do prejuízo causado a PETROBRAS em virtude do favorecimento de empreiteiras, outras empresas ou pessoas naturais em decorrência das condutas ilícitas de que teve conhecimento pessoalmente, por relatórios internos, ou em virtude das investigações que estão sendo produzidas no âmbito da Operação Lava-Jato? Como V.Sa. se sente em relação a tudo isso?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Como eu me sinto, eu posso lhe dizer que eu me sinto indignado com isso tudo. Indignado é a expressão do que eu sinto hoje a respeito disso tudo. E não consigo responder a essas perguntas, porque fui



surpreendido, de fato. Eu não sabia e não percebi o que aconteceu. Por isso sinto-me indignado com o que aconteceu. Depois de 30 anos...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mais indignados nos sentimos todos nós, brasileiros, quando ouvimos um depoimento como o de V.Sa. aqui, que, com certeza, com certeza, pelo cargo que ocupa, não poderia estar aqui dizendo que não tem conhecimento de nada, de que nada sabe, de que nada viu, de que nada teve conhecimento. Infelizmente, temos de estar aqui ouvindo depoimento como o de V.Sa., desrespeitoso a esta Comissão, a este Parlamento e, sobretudo, ao povo brasileiro.

Mas vamos lá, vamos em frente!

Poderia nos explicar como se dá a manipulação de custos de modo a disponibilizar as “gorduras”, entre aspas, que vinham sendo distribuídas como propinas ou desviadas por contas pessoais a partir das contratações realizadas pela PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Também não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Também não.

Então, eu fiz aqui nove perguntas, e, nas nove perguntas, com certeza, muitas outras aqui, V.Sa. não soube responder absolutamente nada, nada.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Nada.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Então, V.Sa. exerce o cargo de diretor e, pelo que eu tenho visto, não trabalha, não vai a PETROBRAS, não enxerga nada, não sabe nada do que está acontecendo. V.Sa. pode me dizer o que V.Sa. faz lá enquanto Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Perfeitamente. Hoje, a PETROBRAS produz...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não venha me dar uma de PETROBRAS, não. Responda de forma objetiva o que eu perguntei.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu vou lhe dizer. Hoje, a PETROBRAS produz 45 milhões de metros cúbicos por dia e supre um mercado de 100 milhões de metros cúbicos por dia. Hoje, a área de gás e energia implanta projetos de escoamento e tratamento de gás para todo o pré-sal, mais 40 milhões de metros cúbicos por dia. Hoje, a gente opera um parque com 7,5 giga de capacidade de



geração elétrica a gás, com mais de 5 giga de capacidade de geração a gás (*ininteligível*), que suporta a disponibilidade de energia para o País. Hoje, a gente produz praticamente 50% dos fertilizantes nitrogenados, que são produzidos, que são disponibilizados, que são a base para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, que tem resultados excelentes para a economia do Brasil. Eu me sinto muito orgulhoso de poder contribuir, trabalhando sério e duro para esse desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. se sente orgulhoso de participar...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - De ser o diretor de gás e energia da PETROBRAS e de poder trabalhar para que isso...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - ... desse esquema de corrupção todo da PETROBRAS? V.Sa. se sente orgulhoso?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não participei de nenhum esquema, nem de nenhum ilícito na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - V.Sa. não tem conhecimento, não tem coragem, ou se sente impedido por algum motivo de vir aqui dizer a verdade?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Eu não tenho conhecimento. Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não tem conhecimento?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nem tem coragem de falar?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu vim aqui cumprir um compromisso de colaborar e contribuir e estou fazendo o melhor que eu posso para contribuir.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Existe compromisso de V.Sa. de contribuir, de colaborar e de falar a verdade?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - De toda maneira aqui.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sob juramento é que V.Sa. está aqui.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Vejamos o desenrolar de tudo isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa..



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de suscitar a questão de ordem que foi feita por mim no início.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pela Liderança do Democratas, eu quero só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx, V.Exa. falando tão baixo, eu...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É porque o clima hoje é assim mesmo aqui.

Presidente, o que eu queria pedir a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer a palavra como Líder?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, eu quero apenas fazer uma comunicação em nome da Liderança do meu partido a V.Exa. e à Mesa diretora desta CPI.

Presidente, com todo respeito, nós temos um conjunto de requerimentos aprovados de pessoas que poderiam dar uma extraordinária colaboração à investigação. E, triste e lamentavelmente, esse senhor que, há 2 meses, é Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS, vem aqui para fazer o que ele está fazendo. É uma perda de esforço, é uma...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, eu queria suscitar novamente a questão de ordem a respeito...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Espere! Deixa eu terminar de falar e depois V.Exa. fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou dar a palavra a V.Exa. em seguida.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, então.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu quero só chamar a atenção de todos os membros da CPI da PETROBRAS: nós temos de focar naqueles que realmente podem colaborar com a investigação. Parece-me que um ou outro depoimento está sendo escalado para vir aqui exatamente apenas para ganhar tempo, para cumprir tabela. Isso nos tira energia de investigação. A isso, eu quero,



em nome da bancada dos Democratas, pedir que V.Exa. tenha toda atenção do mundo, para que nós possamos dar objetividade ao nosso trabalho e não perder tempo, como estamos perdendo com esse cidadão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Leo de Brito tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, o senhor tem conduzido de maneira magistral este debate.

Agora, eu quero suscitar novamente a questão de ordem que coloquei no início a respeito do caráter de urbanidade de cada Deputado. Todos nós somos Deputados Federais aqui. O povo está nos vendo neste momento, e todas as pessoas que estão convocadas aqui devem ser respeitadas. Nós podemos fazer as perguntas mais duras que forem — não vejo problema nisso —, todas. Ninguém pode ter nenhum tipo de restrição em relação a fazer perguntas. Agora, eu peço que V.Exa. leve em consideração a questão que foi suscitada no início, que haja respeito com os depoentes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi a falta de respeito, Presidente? Qual foi a falta de respeito? Eles que desrespeitaram a gente, Presidente!

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Nós não temos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual foi a falta de respeito? O que que é isso, Presidente? Qual foi a falta de respeito?

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Houve insinuações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu estou aguardando o Deputado Leo de Brito terminar para eu poder responder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - A pergunta pode ser feita.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O cidadão diz que não sabe responder nada.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Deputado, a pergunta pode ser feita de maneira irrestrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Leo.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Certo, Presidente. É só isso: eu peço bom senso da CPI para que a gente respeite. Inclusive, está no Código de Ética e Decoro desta Casa aqui que deve ser cumprido por todos os Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa. No nosso entendimento, não houve aqui nenhum tipo de falta de respeito, apenas alguns momentos de indignação por parte dos Sub-Relatores que perguntaram. Não tenha dúvida de que o respeito sendo, de certa forma, colocado aqui em xeque, nós iremos exercer a Presidência com autoridade para garantir que ele se estabeleça.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O depoente está com advogado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não.

(Não identificado) - Mas ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra agora ao Deputado Valmir Prascidelli. V.Exa. tem até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu tive também hoje que me ausentar no início desta sessão, pois ela acontece junto com o Plenário, e eu fui sorteado para utilizar do meu tempo no Grande Expediente. Portanto, não acompanhei a primeira parte da exposição do depoente, que, aliás, estou vendo pela primeira vez — eu não conhecia nem a sua fisionomia. Portanto, posso fazer aqui algumas perguntas que eventualmente já tenham sido feitas.

Mas eu quero, Sr. Presidente, primeiro, fazer um registro, que eu sei que não consta da nossa pauta de trabalho, que é sobre a manifestação de trabalhadores que está ocorrendo nos arredores desta Casa. Num determinado momento, houve conflito, confronto entre os manifestantes, os seguranças e policiais desta Casa. E nós, como sempre, defendemos que as manifestações ocorram, em especial para a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Não podemos permitir excesso nem de um lado nem de outro.

Então, é preciso fazer este registro, num momento especial em que esta Casa pauta um tema bastante complexo e bastante importante para o conjunto dos trabalhadores, que é a possibilidade de retirada dos seus direitos.

Voltando aqui à nossa CPI, Sr. Presidente, eu poderia — veja só, Presidente, com todo respeito que tenho a todos os Deputados, é meu primeiro mandato nesta



Casa, estou há pouco mais de 3 meses aqui, aprendendo com todos os Deputados — fazer uma indagação, por exemplo, a V.Exa., dizendo: “V.Exa. tem conhecimento, com todo respeito que lhe tenho, de algum Deputado que tenha cometido algum ato ilícito aqui?” V.Exa. certamente vai dizer não. No entanto, se perguntarmos para a população, parte grande da nossa população vai dizer que muitos dos Deputados que aqui atuam cometem atos ilícitos. Esse julgamento, muitas vezes, é feito por um grau de desconhecimento e, às vezes, por interesses dos mais diversos.

Nós estamos apurando as irregularidades cometidas na PETROBRAS. Há um roteiro que foi discutido pelos representantes dos diversos partidos, pelas lideranças, pelos Vice-Presidentes, pelos Sub-Relatores, pelo Relator, pelo Presidente desta Casa. É um roteiro que evidentemente nós temos contestado. Foi contestado aqui pelo nosso colega de partido, Leo de Brito, no início. Este roteiro foi alterado, foi contestado por alguns Deputados; nas sessões anteriores foi contestado. Podemos chamar os empresários das empresas que estão envolvidas, podemos chamar os doleiros, os operadores para virem aqui prestar esclarecimentos, talvez nós obtivéssemos mais êxito. Agora, eu não posso, para um cidadão que vem aqui e não está sendo acusado de nada, chamá-lo de mentiroso ou coisa parecida. Eu tenho que ter o mínimo de respeito.

Então, eu quero, Sr. Hugo, dizer que não lhe conheço, estou lhe vendo pela primeira vez, portanto, não posso julgá-lo, sendo que o senhor não está sendo acusado de nada, simplesmente porque ocupou um cargo na PETROBRAS.

Eu gostaria que V.Sa. pudesse discorrer um pouco sobre o que significa Sociedade de Propósito Específico. Ao que consta, segundo aquilo que nós pudemos levantar, esse tipo de iniciativa de constituição de Sociedade de Propósito Específico, que tem sido por alguns dito que é empresa de fachada, é utilizado na PETROBRAS durante muito anos. Então, eu queria que V.Sa. pudesse discorrer sobre essa Sociedade de Propósito Específico, mas também pudesse se reportar a outras do passado, para sabermos e fazermos as comparações.

Alguns aqui se esquecem de que, durante muitos anos, a PETROBRAS tem sido acusada de corrupção. Aliás, lá no período de Getúlio Vargas, diziam que era um mar de lama. Muita gente se utiliza desse expediente para tentar fazer a entrega



desse nosso patrimônio para a iniciativa privada e para o capital internacional a outras empresas.

V.Sa. tem 30 anos de PETROBRAS. Eu gostaria que V.Sa. pudesse discorrer, portanto, sobre o que é essa Sociedade de Propósito Específico. Mais do que isso, eu gostaria que V.Sa. pudesse discorrer sobre o que significa esse gasoduto que liga as regiões Cacimbas-Catu, até Cabiúnas-Vitória, enfim, são mais de mil quilômetros, se eu não estou enganado, de dutos que levam o gás para uma região que não o tem. Eu queria que V.Sa. pudesse discorrer sobre o que significa isso. Ao mesmo tempo, eu gostaria que V.Sa. pudesse discorrer sobre o significado da PETROBRAS para o desenvolvimento dessas regiões e desse tipo de Sociedade de Propósito Específico. Qual seria a outra alternativa, se não feito desta forma?

V.Sa., pelo que me foi passado, já discorreu, mas eu gostaria que V.Sa. pudesse mais uma vez falar. Há uma acusação, por parte do Tribunal de Contas, se eu não estou enganado, dizendo que foi feito um superfaturamento de 1.800% na construção desse gasoduto. Eu queria que V.Sa. pudesse se referir. Houve superfaturamento? Esse superfaturamento serviu para beneficiar alguém? Foi para suprir caixa de alguma empresa, de algum partido, de algum funcionário da PETROBRAS? Eu gostaria que V.Sa. pudesse se referir a isso, para que também pudéssemos fazer o nosso juízo de valor a partir da visão, da opinião e do relato de V.Sa., que será, evidentemente, V.Sa. sabe, comparado com outros relatos.

Estiveram aqui outros ex-funcionários da PETROBRAS, alguns que estão sendo acusados, outros que assumidamente cometeram atos ilícitos e que vão, evidentemente, com seus diversos depoimentos, tanto aqui na CPI quanto lá no Ministério Público, ser confrontados, analisados pelos Deputados e pelo Ministério Público e pela Justiça. Então, se V.Sa. estiver mentindo, certamente em algum desses momentos vai ser pego. Certamente, em algum desse momento, haverá algum indício dessa... Como nós não podemos fazer prévio juízo de valores nem condenar alguém ou absolver previamente, nós estamos aqui para ouvi-lo, para que V.Sa. possa discorrer sobre essas questões e podermos construir, portanto, a partir dessa confrontação de depoimentos, o nosso juízo de valor.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Primeiro, muito obrigado, Deputado. Eu vou aproveitar a oportunidade para mostrar que a Sociedade de Propósito



Específico... Eu procurei levantar aqui a ocorrência não só na PETROBRAS. A primeira Sociedade de Propósito Específico eu identifiquei em 1967, através do Instituto Brasileiro Florestal, e depois dela uma série de Sociedades de Propósito Específico para implementação de rodovias, grandes consórcios e empreendimentos. Como eu mencionei aqui no início, elas são importantes. O ponto que diferencia claramente esse tipo de sociedade é que elas estão ligadas à estruturação financeira de projetos que têm começo, meio e fim. Quando uma empresa busca a sustentabilidade, busca, ao longo de sua vida, permanecer se desenvolvendo e crescendo, ela se constitui como uma empresa, uma sociedade anônima, uma limitada dentro do regime regular que nós conhecemos. E as sociedades de propósito específico estão muito ligadas à implementação de projetos, porque têm começo, meio e, quando o projeto termina, em geral, essas sociedades também se extinguem, ou a partir do momento em que o projeto auferir receitas que pagam pelo financiamento. Então, não há mais razão de aquela sociedade prosseguir. Essa é a principal distinção. A PETROBRAS começou a utilizar sociedades de propósito específico na década de 90, na implantação de grandes projetos de desenvolvimento da Bacia de Campo, desenvolvimento de Marlim, no avanço para águas profundas, quando os projetos ganharam um porte financeiro muito relevante, muito maior do que a capacidade de financiar esses projetos naquele momento. Então, foi muito importante o instrumento financeiro para fazer frente à implantação desses projetos. Assim foi com o desenvolvimento de Marlim, Espadarte-Voador-Marimbá, Barracuda-Caratinga, vários outros projetos, e também da rede de gasodutos GASENE, que interliga a malha Sudeste com a malha Nordeste. Esse projeto teria constituído basicamente três gasodutos. A malha sudeste terminava em Cabiúnas, Macaé, de onde vinha todo o gás da Bacia de Campos e escoava em direção à REDUC, em direção ao suprimento do Sudeste. Após alguns anos de investimentos, foram feitas descobertas relevantes de gás na Bacia do Espírito Santo. A PETROBRAS implementou uma unidade de processamento de gás em Linhares, Cacimbas, norte do Espírito Santo. Essa rede teve como primeiro objetivo interligar a estação de Cabiúnas até a estação de Cacimbas. No primeiro momento em que essa estação de Cacimbas foi construída, o seu objetivo era levar gás a Vitória. Então, esse trecho de Cacimbas a Vitória



também fez parte do projeto. E o último trecho, de Cacimbas até Catu, na Bahia, aí sim, já cruzando um longo trecho de quase mil quilômetros. Esses três trechos então compunham o GASENE, que tem um total de 1.390 quilômetros aproximadamente, quase 1.400 quilômetros de extensão. Esse projeto foi estruturado financeiramente também pelos mesmos motivos, pelo seu porte, volume de recursos. Era um projeto de 5,5 bilhões de reais, num momento em que a PETROBRAS tinha restrições financeiras e até de investimento em função dos seus investimentos fazerem parte do cálculo do primário. Então, havia limitações para o volume de investimento. Dado que existia uma fonte de recursos a baixo custo, que representava uma importante oportunidade para a implementação desse projeto, a PETROBRAS, em conjunto com o Santander, banco que estruturou, o BNDES e o Eximbank da China formaram-se para fornecer os recursos para constituir essa Sociedade de Propósito Específico. Vou aproveitar a oportunidade para responder uma pergunta que me foi feita sobre o total pago à SINOPEC. Deram-me o valor preciso aqui de 3 bilhões 256 milhões de reais. Foi um dos agentes que financiou esses dois trechos: o que vai de Cabiúnas a Vitória e o que vai de Cacimbas a Catu, na Bahia. Além disso, o senhor me perguntou sobre a importância estratégica desse projeto, e eu fiz questão de ressaltar a relevância de um projeto de infraestrutura desse porte, não só pelo fato de interligar. Só o puro e simples fato de interligar as duas malhas, a Malha Sudeste com a Malha Nordeste, já permitiu, já contribuiu com uma grande flexibilidade para o suprimento de gás para todos os mercados; permitiu o desenvolvimento das distribuidoras estaduais, o desenvolvimento de mercados regionais de gás e deu previsibilidade, deu qualidade ao planejamento que as empresas precisam para poder se desenvolver, contando com o importante insumo energético que é o gás natural. Além disso, além desse valor intrínseco da facilidade de infraestrutura, eu preciso destacar o potencial que ela trouxe de agregar valor na monetização do gás do pré-sal, da continuidade das descobertas, e dos eventos que ocorreram não só ao longo de sua implantação, como principalmente após a sua implantação. A sua existência viabilizou e continua viabilizando o desenvolvimento de importantes reservas de gás no Brasil e o atendimento contínuo e crescente desse mercado de gás, que hoje já atinge 100 milhões de metros cúbicos por dia, de gás, e é 12%, 13% já da matriz energética brasileira, extremamente relevante. Por último, o senhor



me questionou sobre o indicador de superfaturamento de 1.800%. Ele foi identificado pelo TCU, e ele foi identificado em um item desses diversos, centenas de itens que compuseram os materiais adquiridos para a implantação desse gasoduto. Uma manta geotérmica, que serve para proteger o gasoduto, permitir a não contaminação e a não é... A redução dos impactos, e a proteção desse gasoduto. É uma manta geotérmica. E essa manta geotérmica, ela correspondeu a 30 mil reais nesse conjunto de 6 bilhões e 340 milhões de reais, que foi o custo total desse empreendimento. Repetindo aqui, para responder mais uma vez a pergunta, desses 6 bilhões e 340 milhões, 3 bilhões e 256 foram pagos à SINOPEC. Eu não tinha essa resposta naquela hora, e agora tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Nós temos aqui 15 Deputados inscritos como membros. Com o início da Ordem do Dia, eu sugiro que façamos por bloco, se for de comum acordo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu só gostaria...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Nós não vamos deliberar, Presidente?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho um recurso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ou é bloco para todos, ou não é para nenhum.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixa eu só... Deixa-me ponderar com V.Exa. Eu tenho um... Estão votando a Medida Provisória 660 agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu darei a palavra a V.Exa. agora, V.Exa. é o próximo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... e eu tenho um recurso. Eu digo assim, é porque eu tenho um recurso, se puder ter a resposta... Eu pondero isso a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, não vai ser em bloco. Deputado Izalci, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. é filiado a algum partido político?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não. Nenhum partido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, V.Sa. deu uma aula aqui sobre SPE, sobre subsidiária, não é? Está bem... Estudou muito a matéria que seria discutida aqui hoje. Não quero fazer nenhuma acusação, evidentemente, mas é porque, tradicionalmente, nas outras CPMLs, todos os depoentes ligados à PETROBRAS



passaram por um teste, por um treinamento, não é? Isso foi comprovado na CPI do Senado, na CPMI. Eu pergunto a V.Sa.: V.Sa. também estudou bastante essa questão das propinas.

Vou dizer por que estou perguntando isso. Só com relação ao Projeto GASENE, houve 9 aditivos. Com relação aos aditivos, V.Sa. era ouvido? Alguém perguntou a V.Sa., quando tinha aditivo, se estava O.k. ou não? V.Sa. chegou a sugerir, ou opinar, com relação a contratos de novos aditivos, ou nem participou disso, mas soube disso?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, eu não participei da implantação do gasoduto, e verifiquei a ocorrência desses aditivos, quando me preparei para...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas, como V.Sa. estudou, e demonstrou claramente que conhece bem a situação da PETROBRAS, com relação a essa questão, V.Sa. também estudou bastante? Os aditivos, por exemplo, chegou a estudar o porquê dos aditivos? Se era, realmente, justificável? Por exemplo, no caso do GASENE, de 1,8 bilhão passar para 2,4 bilhões, V.Sa. chegou a estudar isso?

Mas vou completar as perguntas. Se V.Sa. pudesse anotar, porque meu tempo é muito curto.

V.Sa. tinha conhecimento do pagamento de propinas no âmbito da Diretoria de Gás e Energia? Esse fato não era comentado em conversas informais de administradores ou empregados da PETROBRAS?

V.Sa. tinha alguma suspeita com relação ao pagamento de propinas para a realização de contratos, obtenção de vantagens, como a questão dos aditivos? Estou dizendo isso porque em 9 gasodutos — não vou relacionar os nomes porque V.Sa. deve conhecer todos — o valor das propinas, em dólares, o somatório deu 17 milhões 385 mil 509 e 75 centavos, de acordo com os depoimentos da delação premiada. Renato Duque levou, nessa brincadeira, 5 milhões 215 mil 652, o que corresponde a 16 milhões de reais, aproximadamente. Pedro Barusco confessou, inclusive, em delação premiada, que recebeu 3 milhões 477 mil dólares, o que corresponde a em torno de 11 milhões de reais, e João Vaccari, que também deixou muito claro na sua delação premiada, 8 milhões 692 mil dólares, o que corresponde a 27 milhões de reais. Pergunto se V.Sa. também estudou essa questão, e o que tem a dizer sobre isso.



Para finalizar, Sr. Presidente, que eu sei que o tempo é curto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para concluir. V.Sa. afirmou, numa aula inaugural na Universidade do Rio, que — abre aspas —: “Depois dessa surra que a PETROBRAS tem levado para divulgar o seu balanço auditado, em decorrência da escolha do método adotado para o cômputo das perdas da corrupção, estamos desenvolvendo melhor controle de governança”. V.Sa. disse isso. O que V.Sa. tem a dizer sobre relatórios emitidos pela auditoria Deloitte e pelo BNP, de que chegaram a 88,6 bilhões as perdas da PETROBRAS? V.Sa. confirma a informação de que a PETROBRAS não realizará baixa contábil em decorrência da perdas da corrupção no balanço financeiro de 2014? Da mesma forma, que V.Sa. também disse, claramente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... “a gente precisa extirpar esse câncer”. V.Sa. disse isso num comentário sobre a PETROBRAS. V.Sa. poderia dizer para a gente o que V.Sa. quis dizer com isso, esse câncer da PETROBRAS nesses 12 anos, como foi dito por V.Sa.?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Muito bem. Quanto aos aditivos do GASENE, esses aditivos, eles foram essencialmente para recuperar, para tentar minimizar o impacto no prazo, que as dificuldades que ocorreram com a transposição de alguns rios e alguns trechos difíceis desse gasoduto, alguns em decorrência até de alguns efeitos de terreno, efeitos climáticos, mas, principalmente na transposição dos rios, que foi feita com uma perfuração de furos direcionais, passando por baixo dos rios... Em alguns momentos, esses processos demonstraram não só tomar mais tempo do que o necessário como também levaram a custos maiores do que o que foi planejado, em função até dos dois fatores: toma-se mais tempo, usa-se mais os equipamentos, e acaba tendo um custo maior. Então, houve um esforço não só para cobrir esses custos maiores, como também para recuperar o tempo e antecipar, e tentar acelerar os outros trechos para se recuperar. A maior parte dos aditivos, e que eu olhei, diziam respeito a esse esforço de recuperar os prazos, os atrasos decorrentes dessas dificuldades técnicas encontradas ao longo do gasoduto. Então, eu acho que...



O SR. DEPUTADO IZALCI - É, todos os que vieram aqui disseram que o projeto básico era muito ruim, não era perfeito; a própria Presidente Graça Foster.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - É, o projeto... Se a gente for considerar, primeiro, é um gasoduto de 1.400 quilômetros, né? Tem... É muito difícil se fazer um levantamento detalhado. O custo desse levantamento detalhado também é muito alto. Então, há incertezas, e, principalmente, levantar condições geológicas embaixo dos rios era... Havia incertezas que eram, vamos dizer assim, impossíveis, ou com grandes dificuldades, (*ininteligível*) com custos altos, seriam removidas a partir de dados e fatos. Então, de fato, um gasoduto de 1.400 quilômetros passa por uma série de... Enfrenta, e tem que enfrentar o empreendimento para se chegar ao fim. E o esforço que foi feito, não só para levar o empreendimento até o fim, mas o custo total em relação ao projeto básico foi de 20% a mais do que foi contratado. O projeto foi orçado, a licitação saiu 4,5% abaixo e realizou 20% acima. O total dos aditivos, em um projeto de 5,5 bilhões — para ser mais preciso, 5 bilhões e 291 milhões —, foi concluído com 6 bilhões e 340 milhões, 20%, portanto, acima. Então, acho que o projeto básico tem méritos. Ele tinha... Ele não foi capaz de prever tudo, mas os problemas encontrados foram superados, e foram superados de forma a concluir o empreendimento. Em relação aos comentários sobre suspeitas, eu já afirmei aqui, eu fui surpreendido por tudo o que aconteceu. Fui surpreendido e fiquei sabendo, pela imprensa, pelos noticiários, pelas delações, pela polícia, o que estava acontecendo. E demonstrei aqui, procurei mostrar que fiquei, e permaneço, indignado com o que aconteceu, e é esse o meu sentimento. Eu não... Não percebi, e não ouvi, e não identifiquei, nas conversas, e não... E tenho certeza que a maior parte dos trabalhadores da PETROBRAS foi surpreendida com esse, com essas notícias que foram veiculadas. E, por último, a questão da governança, que eu acho que é um ponto importante, que é um passo importante para ser dado, que começou a ser dado. Implantar a Diretoria de Governança, criar mecanismos de fortalecimento das funções corporativas, intensificar os mecanismos de controle, garantir a conformidade dos processos e dos procedimentos internos da companhia, tenho certeza de que vão contribuir muito para minimizar, inibir e conseguir contribuir para que esses atos não voltem a ocorrer. Todavia, eu preciso admitir que são atos criminosos, aí, de polícia, que foram descobertos pela polícia. Dificilmente, através



de procedimentos de controle interno, consegue-se pegar, mas a polícia conseguiu identificar e trouxe à tona, e revelou esses fatos aí, e eu fiquei sabendo deles através da imprensa, dos depoimentos, como a maior parte das pessoas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Hum... Lamentável, depois de 12 anos...

Mas, Sr. Presidente, só para concluir a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado...

O SR. DEPUTADO IZALCI -... eu quero só reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, só para questão de ordem, como foi dito anteriormente.

Eu concordo com algumas falas aqui de que nós precisamos, de fato, trazer para esta CPI pessoas que podem, de fato, contribuir, não dar... Por exemplo, a justificativa da convocação do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu... Eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI -... Sr. Hugo não tinha nenhuma fundamentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por que trazê-lo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Essa escolha para trazer, hoje, o Diretor de Gás e Energia, que se dispôs a vir contribuir, ela foi deliberada num colegiado, onde nós atendemos à reivindicação do Relator, dos Sub-Relatores e dos Líderes partidários que participaram da reunião. Todos estavam cientes, e apoiaram essa oitiva que está sendo realizada agora.

Deputado Otavio Leite, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, agradeço a presença ao Dr. Hugo, mas eu tenho para mim que esta nossa sessão está muito mais para um seminário do que uma reunião de CPI. Essa é que é a verdade.

De qualquer maneira, vamos aqui falar de alguns números. Hoje, importante veículo nos traz um estarrecedor: 45 bilhões! Estão falando de 45 bilhões o que já se configura como prejuízo garantido com o COMPERJ. Documentos da própria PETROBRAS fundamentam o alcance desse número estratosférico. Ou seja, isso significa dizer que os investimento feitos, muitas vezes, não poderão sequer ser



recuperados! Eu estou falando de duas refinarias, uma petroquímica e uma unidade de processamento de gás no COMPERJ.

O que já se fez até hoje? Uma refinaria avançou até um determinado ponto, e paralisou a obra. Tem mais de 10 mil pessoas desempregadas no Rio de Janeiro. Os prejuízos de uma eventual retomada também, esse documento informa, serão brutais.

Quer dizer, é, realmente, algo que nos chama muito a atenção. É muito grave! É muito grave! E quem tomou decisões sobre essas providências todas, associadas ao mau planejamento, associadas, efetivamente, à corrupção, tem que pagar! Tem que pagar!

Agora, o senhor falou sobre aproveitamento de reservas de gás. O COMPERJ se prestaria a isso, através dessa unidade de processamento de gás natural, era uma delas, vindo da bacia do pré-sal. A pergunta que se faz é a seguinte — ela nem saiu da planta, tá na fantasia dos delírios do Governo Lula; essa é que é a verdade: o que se vai fazer com essa produção do gás não utilizado no COMPERJ? Porque foi tudo planejado. Fala-se que o COMPERJ só teria viabilidade se construídas essas 4 plantas ao mesmo tempo, do contrário seria inviável do ponto de vista econômico. E olha só a situação em que nós estamos, o atoleiro em que nós estamos.

O que é que vai ser feito com esse gás? Esse gás vai para onde? Ele vai ser meramente queimado? Ele vai ficar no Rio de Janeiro? Esse gás foi concebido para ser utilizado no Estado do Rio de Janeiro. O que vai acontecer com esse gás? É uma pergunta, clara, técnica, que eu queria fazer a V.Sa.

E, me desculpe, mas uma outra indagação, e aí eu quero ir na alma do servidor da PETROBRAS que tenha uma carreira já com longo percurso na casa. O que o senhor acha que deveria ser feito com os Srs. Duque, Barusco e Paulo Roberto Costa? O que um funcionário da PETROBRAS pode imaginar que deva ser feito, por exemplo, com esses três? Como a Justiça brasileira deva proceder em relação ao que já se sabe da conduta perversa, corrupta desses três indivíduos?

Então, são duas questões objetivas que eu queria saber de V.Sa.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Muito bem. A unidade de tratamento, a unidade de processamento...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deixem-me dar um aviso aqui, um minuto.

Está acontecendo votação nominal. Nós não interromperemos a oitiva. Iremos fazer o critério de rodízio para que possamos encerrar, e também em respeito ao convocado.

O próximo inscrito é o Deputado Jorge Solla. Então, eu sugiro que o Deputado possa aguardar, depois vota. Depois, o Deputado Antonio Imbassahy e a Deputada Eliziane Gama. São os próximos três inscritos.

Então, V.Sa. pode responder.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Obrigado. Bom, a unidade...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - E se a gente perder a nominal, Sr. Presidente? Eu já dancei uma vez nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Os membros da CPI têm prerrogativa especial.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Tem prerrogativas especiais. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, vamos ouvi-lo. Por favor.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - A unidade de processamento de gás natural do COMPERJ, lá de Itaboraí, ela continua em implantação. É um projeto que está destacado do conjunto todo do COMPERJ, e será implantada, assim como os gasodutos de escoamento de gás. Tanto o gasoduto que vai para Cabiúnas quanto o gasoduto que vai para Maricá e de Maricá até Itaboraí estão em implantação e serão concluídos de forma a permitir o processamento de gás do pré-sal tanto na unidade de processamento de gás de Cabiúnas — que está sendo ampliada, e vai atingir, na sua plenitude, 13 milhões de metros cúbicos por dia — quanto na unidade de processamento do COMPERJ, que vai atingir 18 milhões de metros cúbicos por dia de gás. Eu mencionei aqui mais cedo que a relevância desses dois projetos é que, com esse conjunto de aproveitamento de gás, o pré-sal vai responder por praticamente 30% do suprimento de gás nacional. Do mercado que hoje a gente abastece com 100 milhões de metros cúbicos, por dia, o pré-sal vai responder com 30, mais de 30 milhões de metros cúbicos, através desses projetos. Então, esses projetos continuam em implantação, ainda que outras unidades do COMPERJ não



estejam em implantação ou estejam defasadas da UPGN, a UPGN está preservada e ela é um ativo fundamental para o aproveitamento das reservas do pré-sal.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quando o senhor fala em implantação, de zero a dez, qual é o estágio em que nos encontramos? Porque a gente ouve, de há muito, o Governo falar: “o *COMPERJ* está em implantação”. E hoje as notícias mostram que nós estamos, ainda, a ver navios, ou a ver petróleo, ou a ver gás, ou a ver gasolina, ou a ver óleo *diesel*. Quer dizer, nada está acontecendo, não é?

Qual é o estágio, quando o senhor se refere à implantação dessa unidade de gás...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ... de zero a dez?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Então, vamos lá. O que a gente chama de Rota 2, que é o gasoduto que vai até Cabiúnas e a unidade de processamento, no final deste ano, ele deve estar concluído e essa unidade deve estar começando a receber gás do pré-sal no início de 2016. Quanto à Rota 3, vou dizer assim, no terceiro trimestre de 2017 ela deve entrar em operação; lá para outubro de 2017, mais ou menos, ela deve entrar em operação. São os prazos. Já estão em implantação. Está no seu desenvolvimento, com prazos definidos, inclusive, associado ao desenvolvimento dos campos do pré-sal que estão entrando em implantação. Hoje, já há cinco unidades em produção. Três dessas unidades já estão topadas, produzindo na sua plenitude; duas estão crescendo; este ano deve entrar mais uma; em 2016, deve entrar mais três unidades de produção no pré-sal, e esses gasodutos são, sim, fundamentais para o aproveitamento dessas reservas de gás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

Deputado Jorge Solla. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - Obrigado, Sr. Presidente.

Sinceramente, eu, até agora, não consegui entender o motivo por que o senhor foi convidado para comparecer aqui, porque, pelo que eu consegui identificar, o senhor ocupa esse cargo desde fevereiro deste ano, portanto bem recentemente. Até onde eu busquei levantar, não há nenhuma acusação e nenhuma



citação de que o senhor teria recebido qualquer propina em nenhuma delação. Realmente, eu acho que parece que o seu nome aqui só está para ocupar espaço e para que a gente não ouça o Fernando Soares, para que a gente não ouça o Alberto Youssef, para que a gente não ouça os executivos que foram denunciados da Camargo Corrêa e de outras empresas. Parece que o único papel que o senhor está fazendo aqui é ocupar um espaço.

Felizmente, o senhor está dando informações importantes. Eu queria aproveitar, para não ser uma perda de tempo, sua experiência, para que a gente entendesse um pouquinho sobre denúncias inclusive que foram arquivadas no passado, que não foram alvo de CPI, que não foram alvo de investigação, no Governo Fernando Henrique Cardoso, na questão do Gasoduto Bolívia-Brasil. Eu queria que o senhor esclarecesse, porque o que foi divulgado, inclusive, na ocasião, é que o então Diretor José M. Sobrinho foi demitido da PETROBRAS por ter discordado do projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e o então Presidente Fernando Henrique Cardoso não só obrigou que o projeto fosse à frente como teria sido o responsável pela demissão desse Diretor. Queria saber se o senhor sabe informar sobre isso.

Outra informação divulgada é que esse projeto atendia as multinacionais, a Enron, a British Gas, a Total e a Amoco. Queria também saber, realmente, qual o interesse dessas multinacionais nesse projeto que Fernando Henrique Cardoso tocou, passando por cima do parecer técnico da PETROBRAS.

Também anunciou na época que o contrato feito no Governo FHC tinha cláusulas leoninas. Obrigava a PETROBRAS a comprar um volume de gás acima do consumo, bancava o risco cambial e ainda teve, por obrigação, que comprar termelétricas. É verdade, Sr. Hugo Repsold Júnior, que só na Usina Barbosa Lima Sobrinho, só nessa usina, a PETROBRAS paga 25 milhões de dólares por mês, mesmo que não opere, para resolver o pepino deixado por Fernando Henrique Cardoso? Será que essas denúncias de corrupção que foram feitas, de desvios, de absurdos e desmandos no Governo Fernando Henrique Cardoso nunca serão apuradas? O senhor acha isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Antes que V.Sa. possa responder, queria fazer chegar às mãos de V.Exa., Deputado, o requerimento do



Relator, Deputado Luiz Sérgio, que pediu a convocação do Sr. Hugo Repsold aqui, para que V.Exa. o tenha em mãos e saiba de onde surgiu...

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Presidente, eu não perguntei de onde surgiu; eu perguntei a razão de ele estar aqui, que até agora não me foi explicada.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Bom, durante esse final da década de 90, eu estava trabalhando no braço internacional da PETROBRAS, nessa época BRASPETRO, e estava envolvido em outras atividades, em outros projetos. Não participei desse período e não tenho nenhum dado aqui, nenhuma informação para agregar sobre... Nem conheço o Diretor José M. Sobrinho, não tenho conhecimento do caso e também não entendo que as cláusulas do contrato hoje sejam leoninas, mas também não tenho como avaliar aquelas, naquela época, se havia alguma cláusula leonina ou não. Quanto à Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho, ela é uma termelétrica extremamente relevante, importante, integrada e que tem uma contribuição hoje relevante para o parque de geração brasileiro. Então, eu também não vejo nenhum prejuízo hoje pra PETROBRAS. Pelo contrário, ela produz resultados importantes pra PETROBRAS hoje, mas também não sei, no início, se a forma de implantação desse projeto levou a esses gastos aí de 25 milhões. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Então, o senhor não tem conhecimento de corrupção nem no Governo Fernando Henrique Cardoso nem no Governo atual, de todos os desmandos de corrupção que sempre houve na PETROBRAS, desde a década de 90?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No requerimento que cria esta CPI, num dos pontos — abro aspas — está lá: *“Existem indícios de ilícito na constituição e operação de empresas subsidiárias e Sociedade de Propósito Específico pela PETROBRAS”* — fecho aspas. O GASENE foi inclusive, em muitos momentos, dito como uma Sociedade de Propósito Específico laranja. Eu acho que aquele que tem hoje a responsabilidade de gerir o GASENE pode prestar algum esclarecimento sobre esse fato e sobre a Sociedade de Propósito Específico, como ele já afirmou.



Não é nem laranja, na afirmação dele, e teve um objetivo específico acertado, tanto do ponto de vista estratégico, quanto do ponto de vista do projeto pelo papel que desempenha hoje no desenvolvimento do País.

Por isso, ele vem para prestar esclarecimento, é laranja, não é laranja, é propósito específico, não é propósito específico, enfim, é um eixo, é um eixo central do requerimento que versa sobre a CPI. Se não é ele, qual é a outra pessoa que viria aqui para explicar esse ponto que objetivou a criação desta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Antonio Imbassahy, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Dr. Hugo, na verdade, eu vou tratar da questão do gasoduto da Bolívia. Há um contrato que foi feito entre governos e petroleiras de ambos os países, e no ano passado esse contrato foi repactuado. Os valores dos preços pagos pelo Governo brasileiro através da PETROBRAS foram repactuados, obrigando a PETROBRAS a pagar cerca de 434 milhões adicionais.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V.Sa. sobre esse assunto, se foi uma decisão acertada, se teria havido algum tipo de ingerência política nessa repactuação, até porque não fazia parte — é importante destacar isso —, não fazia parte do contrato esse tipo de repactuação.

Então, gostaria de ouvir algum comentário de V.Sa. sobre esse assunto.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu preferia, com todo o respeito aqui, me ater ao conteúdo, onde eu posso contribuir, aos assuntos da Diretoria de Gás e Energia e aos assuntos para os quais eu me preparei aqui, esse eixo, o foco aqui da CPI.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Pois não. Mas V.Sa. não poderia? Eu estou insistindo — desculpe-me por estar insistindo —, porque é um valor expressivo. Pagou-se a mais 434 milhões, sem que houvesse previsão contratual para essa elevação do preço. E o que circula é que seria uma ingerência de natureza política. V.Sa. não poderia? Não estou de forma nenhuma propondo que V.Sa. se coloque numa situação de constrangimento, mas V.Sa. poderia fazer algum comentário sobre esse valor?



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu prefiro me manter aqui dentro do eixo e daquilo que eu me propus a vir aqui debater, esclarecer e contribuir, onde eu acho que eu posso contribuir mais.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - O.k. Entendo, então, a dificuldade de V.Sa. para fazer qualquer tipo de comentário e respeito.

É sabido que o valor do preço do petróleo caiu no mundo todo e que o gás caiu ainda mais, o que significa, ainda, uma argumentação de que esse valor que foi pago adicionalmente foi uma decisão equivocada do Governo brasileiro, que obrigou a PETROBRAS a esse adicional de sacrifício financeiro.

Esse contrato acaba em 2019. Estabelece o fornecimento de 30 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Até lá a Bolívia terá condições de manter esse volume disponibilizado para o País, para o Brasil, Dr. Repsold?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - A Bolívia tem um contrato e tem o compromisso de manter o suprimento, de honrar os seus compromissos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Mas pelas reservas, porque nós sabemos que o processo de estatização na Bolívia praticamente retardou muito o encontro de novas reservas. Com o conhecimento que tem, até porque é Diretor de Gás e Energia, V.Sa. não deveria ter uma informação mais objetiva, uma resposta mais objetiva? Eu gostaria de ouvir de V.Sa. uma resposta mais objetiva e encerro, Presidente, indagando ao Dr. Hugo sobre a questão do plano de desinvestimento da PETROBRAS, que prevê desinvestir cerca de 13,7 bilhões de dólares, sendo que 40% vai exatamente na área que V.Sa. dirige, a área de gás e energia.

Então, eu gostaria de saber quais são os ativos que serão alienados, vendidos, e o modelo de venda. São essas as perguntas finais.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Quanto à Bolívia, a gente tem notícias de descobertas recentes e outras descobertas que, primeiro, demonstram que o país tem um grande potencial. A Bolívia tem um grande potencial, é uma bacia gasífera de primeira qualidade, tem demonstrado ao longo dos anos o potencial, e eu não vejo grandes dificuldades, em função dos investimentos, dos resultados que vêm sendo apresentados e do potencial dessas bacias, daí eles conseguirem não só honrar esse contrato, como, possivelmente, renová-lo por um outro período



adicional. No caso do desinvestimento, o desinvestimento, dentro do conjunto de projetos para o novo Plano de Negócios, para o Plano de Negócios da PETROBRAS, é importante que a solução de financiabilidade, de liquidez, de aporte de recursos contemple recursos que serão captados no mercado, recursos próprios e uma parte dos recursos que virá desse programa de desinvestimento para a gente poder seguir implementando. A gente já deu as indicações para o mercado de que isso envolve ativos de transporte, ativos das distribuidoras e eventualmente ativos de geração de energia elétrica, mas eu não quero me aprofundar muito para não antecipar uma informação que possa impactar na realização desses negócios que vão ocorrer ao longo do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Hugo Repsol, vou fazer aqui algumas perguntas na sequência e pediria que o senhor, se possível, anotasse, para que tivéssemos um resultado mais específico.

Quem financiou e, portanto, quem investiu no fundo — porque é a informação que nós já temos da Bridge Trust —, quem investiu e, ao mesmo tempo, qual o retorno desses investidores?

Uma outra pergunta: o GASENE, ao final, será ou até já foi incorporado à PETROBRAS? Como fica essa participação do Carlos Azeredo? Seria ele, portanto, o proprietário ao final das ações realizadas pela Sociedade de Propósito Específico?

Uma outra pergunta: qual seria especificamente o objetivo de recorrer ao modelo SPE? Seria para fugir, de fato, da fiscalização do TCU? Seria talvez semelhante ao que aconteceu com a Sete Brasil, uma tentativa de unidade, ou melhor, de uma organização muito mais intensa, digamos assim, para poder captar muito mais propina e poder ter muito mais superfaturamento, como aconteceu, por exemplo, na Sete Brasil?

E, ao mesmo tempo, eu também queria concordar com os Parlamentares, porque todos já falaram a mesma coisa. Parece que ou o senhor está aqui, na condição de testemunha, mentindo a esta CPI, ou o nosso nobre Relator tenha cometido um equívoco ao convocá-lo, porque as informações são sempre as



mesmas: o senhor não sabe, não tem conhecimento, não consegue passar as informações que nós desta CPI estamos realmente a procurar. E eu fico me questionando, Presidente, porque o Juiz Sérgio Moro está dando uma surra nesta CPI.

A caminhada do Juiz tem sido intensa, a largos passos da Comissão. E eu acredito que as informações que ele obtém não são especificamente dos depoimentos. Ele recorre a instrumentos que lhe são peculiares. Aliás, esta CPI tem, por ter instrução de juiz, também como recorrer, por exemplo, à quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais, o que na verdade nós não estamos fazendo. Agora que conseguimos fazer dois, e as empreiteiras? Devemos convocar, por exemplo, pessoas que, no meu entendimento, são vitais para o ponto fundamental desta CPI. Nós não estamos conseguindo avançar!

Todos já falaram aqui de Fernando Baiano. Vamos agora, graças a Deus, ouvir o Vaccari, o Dirceu, o Palocci e outros nomes, porque está muito claro, as delações premiadas estão aí, as informações colocadas na mídia estão aí, o jornal *O Globo* coloca — e já foi colocado aqui — que são mais de 40 bilhões de reais em prejuízos, e a informação é sempre a mesma: *“A gente não sabe, nunca aconteceu nada”*. Tudo aconteceu às mil maravilhas, na mais absoluta correção, dentro daquilo que eventualmente teria sido estabelecido!

Então, eu quero, na verdade, aproveitar este meu momento aqui para fazer o meu protesto: ou a gente parte para o ponto fundamental, para agilizar, inclusive com ação rápida da Kroll, para fazer as investigações que precisam acontecer, ou nós vamos ficar aqui remando contra o vento e — quem sabe? — até sendo desmoralizados pela população brasileira, que está acompanhando e está de olhos atentos para conseguir ter uma resposta desta CPI.

Vou aguardar as respostas do Sr. Hugo.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu acho que consegui pegar todas as questões aqui, mas, se faltar alguma nas respostas, por favor, ajude-me aqui. Em relação a quem financiou ou como esse fundo foi capitalizado, o PB Bridge Trust: o PB Bridge Trust foi criado pelo Santander, para estruturar a SPE do GASENE, que tinha o PB, esse fundo, a Gasene Participações, que recebeu recursos do Santander, do BNDES, de um outro fundo, que é o BB Fund, e os recursos do



BNDES vieram através do banco chinês, do China Development Bank. Então, houve um conjunto de empresas e bancos que forneceram o capital para essa Transportadora Gasene, e o PB Bridge Trust, criado pelo Santander, foi um dos fundos que recebeu e aportou recursos. Em relação às SPEs — Sociedades de Propósito Específico, como eu já disse aqui, elas têm o objetivo específico ligado ao projeto, à vida do projeto, ao momento da implantação. O objetivo, neste caso particular do GASENE, foi um objetivo essencialmente financeiro. E como não havia capital nenhum da PETROBRAS envolvido, o TCU se deparou com essa situação de auditar um fundo que não tem capital nenhum público. Então, o TCU não encontrou esse mecanismo para ir auditar uma sociedade de capital privado. Essa é uma discussão que ainda não foi concluída, está no plenário do TCU, mas tem toda a colaboração e toda a contribuição da PETROBRAS, na forma como ela ficar definida, e todo o apoio e tudo que a gente puder fazer para contribuir com o TCU.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - É muito estranho, por exemplo, a PETROBRAS não ter interesse na investigação. Se você tem uma denúncia, por exemplo, de superfaturamento, ou de algum ato ilícito em uma determinada parceria, o ideal é que você defenda o aprofundamento dessa investigação. E parece que a PETROBRAS não tinha esse mesmo interesse quando nós tivemos aí a constatação nas auditorias do TCU.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, a PETROBRAS tem todo interesse e contribui efetivamente...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas tentou impedir isso, inclusive com instrumentos legais.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, não houve nenhuma ação para impedir, mas só para seguir a correção do uso dos instrumentos legais, aqueles que forem fruto de decisões tomadas em plenária, ou concluídas, que eles fossem levados a cabo. Então, em nenhum momento, a PETROBRAS tentou inibir, evitar. Pelo contrário, a PETROBRAS tem contribuído exaustivamente, de toda forma possível, para que essas investigações, auditorias e todo e qualquer esclarecimento que puder e precise ser dado seja dado e seja apurado a respeito de qualquer projeto que tenha sido implantado. Particularmente no caso do GASENE, a



PETROBRAS contribui de toda forma que ela pode para que essa auditoria seja esclarecida.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ela foi incorporada à PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Perfeitamente. A Gasene, hoje... Do total de 21 SPEs ligadas a projetos com essas características, hoje existem apenas três que não foram incorporadas. E é importante explicar este processo: por que elas são criadas e por que elas são incorporadas. E eu disse: o motivo é financeiro. No momento em que se obtêm recursos a custos inferiores aos que a própria PETROBRAS pode obter, ou que a PETROBRAS está impedida, por limites de alavancagem, de endividamento, de obter mais recursos, neste momento, a SPE se torna uma ferramenta importante para captar recursos para implementar o projeto. A PETROBRAS possui recursos tecnológicos, recursos técnicos, capacitação, mas o recurso financeiro vem aportado através de um projeto estruturado financeiramente, que são as SPEs. Mas essa situação, ao longo do tempo, pode se inverter, como de fato se inverteu. Em um determinado momento, a PETROBRAS adquiriu graus sucessivos de investimentos, pôde ter acesso a crédito a custos, em vários desses projetos, mais baixos do que aqueles que estavam no projeto. Então, configurou-se uma situação excelente para se captar esses recursos de baixo custo e incorporar essas SPEs. Então, hoje, existem apenas três SPEs, que têm custos ainda baixíssimos e que ainda não vale a pena incorporar. Mas, no momento em que valer a pena incorporar qualquer uma delas do ponto de vista econômico, essa é a decisão racional a ser tomada. Eventualmente, no momento em que for necessário constituir uma nova SPE, cuja vantagem financeira seja relevante para a possibilidade de captar, é um instrumento legal, é transparente, é claro e deve ser utilizado para possibilitar o desenvolvimento e a implantação desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Valmir Prascidelli, que dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, para que a gente possa acelerar os trabalhos e como eu já utilizei do meu tempo como Relator, vou abrir mão das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O próximo inscrito é o Deputado Delegado Waldir, que dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Hugo, o senhor sabe o que acontece na sua residência? O senhor sabe o que acontece no dia a dia da sua residência? Sim ou não?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor sabe há quanto tempo está na PETROBRAS?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Trinta anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Trinta anos. A seu lado, parceiros seus, amigos seus se envolveram no maior caso de corrupção deste País, e o senhor vem aqui e faz de conta que nada está acontecendo, que não viu isso!

Eu vi aqui a Sra. Graça Foster se dizer envergonhada pelo que acontece na PETROBRAS, e vocês chegam aqui fazendo cara de poste, com uma cara de pau, como se a população, ninguém tivesse visto, como se o Dr. Sérgio Moro não estivesse fazendo nada, como se a Polícia Federal não estivesse fazendo nada!

Eu vejo isso, na verdade, como uma grande vergonha, uma grande cara de pau de vocês chegarem aqui, o senhor e o Renato Duque e fazerem cara de estátua, fazendo os Deputados aqui, esta Comissão, a imprensa brasileira, o povo brasileiro de palhaços. Acho que seria melhor cada um aqui colocar nariz de palhaço, porque ficaria muito mais fácil.

Mas eu quero fazer uma indagação ao senhor. Quem era o superior do senhor na Diretoria de Gás? Quem foram os seus superiores quando o senhor esteve lá?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - O Diretor de Gás e Energia era o Dr. José Alcides Santoro em todos os anos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E antes dele?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Antes, eu não estava. Quando eu cheguei à Diretoria, ele já era o diretor. Antes dele, a Diretora era a Sra. Maria das Graças Silva Foster.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor conhece a MP 579?
(Pausa.)



O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não conhece? É aquela que sugeriu que se expandisse o consumo de gás, de energia.

O senhor conhece o Sr. Ildo Sauer?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Conhece?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Trabalhou com ele?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não, eu trabalhava na E&P, e ele era o Diretor de Gás e Energia.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Ele é uma pessoa honesta, trabalhadora, é uma pessoa correta? O senhor o reputa... Ele trabalhou na empresa com o senhor. O senhor o reputa uma pessoa honesta, correta, trabalhadora?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - É um professor universitário. Eu não tenho nada, não sei de nada contra ele.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É uma pessoa de referência?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Foi um Diretor da PETROBRAS e um professor universitário...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - É um diretor da PETROBRAS, mas ele saiu de lá dizendo que essa MP foi uma clara fragilização entra a oferta e a procura, que se transferiu ônus e acabou com todos os fundos da PETROBRAS, da Itaipu, e que isso gerou um prejuízo de 60 a 100 bilhões para a PETROBRAS, pagos com dinheiro do povo, com reserva da Itaipu.

Na época, quem era o Diretor de Gás, na época em que foi proposta essa...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Essa MP?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não sei dizer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não se lembra?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não me lembro porque eu estava em outra entidade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor concorda com a tese do Prof. Ildo Sauer de que isso foi uma pouca vergonha, foi uma sacanagem com o



povo brasileiro, foi torrar o dinheiro do povo brasileiro, foi jogar dinheiro fora do povo brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Foi isso que ele trouxe para a imprensa, deixou claro várias vezes isso. O senhor concorda com ele?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não tenho nenhum elemento para avaliar essa questão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas o senhor é um profissional; o senhor é um técnico. Eu não tenho condições de avaliar, eu sou um delegado. Se o senhor me perguntar sobre segurança pública, eu vou responder ao senhor qualquer coisa. Agora, o senhor é um técnico e tem que responder para nós. O senhor está sob compromisso legal aqui de dizer a verdade.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - E essa é a verdade. Eu não conheço...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas o senhor é um técnico! O senhor não sabe se isso foi fraudulento, se isso causou prejuízo ao povo brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não foi uma medida populista?

Eu estou concluindo. Só quero uma resposta dele. Ele não responde nada! Ele responde ao que o Relator pergunta, ao que os Deputados Federais do PT perguntam, mas ao restante ele não responde, ele enrola!

Não, eu não quero uma aula, eu não quero ser especialista; eu quero resposta técnica para eu poder amanhã fazer uma sugestão de indiciamento dele e de outras pessoas, mas ele não quer responder! Eu preciso de uma resposta dele. Então, diga: *"Eu não vou responder"*. Acabou!

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Eu não sei a resposta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor não sabe. O senhor está protegendo alguém?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tranquilo.

Obrigado, Sr. Relator. Na próxima vez, eu vou vir com nariz de palhaço aqui. Sacanagem!



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O próximo inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)* Ausente.

O Próximo inscrito é o Deputado Celso Pansera.

V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, está claro para mim, cada vez mais, que as pessoas, alguns Deputados estão mais preocupados em palco do que em resolver o problema da CPI. Eles olham o *site*, dois ou três *sites*. Se não está ao vivo a CPI, eles se retiram da sala. Por quê? Porque não têm uma preocupação em, de fato, apurar a fundo aquilo a que nós queremos chegar, que é o objetivo desta CPI.

Nós tivemos o trabalho de estudar todos os requerimentos para aglutinar num único pedido, para que fôssemos a Curitiba para fazer lá uma acareação num conjunto de pessoas. Mas, como lá não vai dar palco, talvez não dê televisão, as pessoas não querem. Querem vir para cá para fazer um *mise-en-scène*, fazer um teatro, mas não é o nosso papel. O nosso papel é ir a fundo na investigação.

Eu ouvi todas as respostas do Sr. Hugo. Eu havia montado 15 perguntas, e praticamente todas já foram feitas, porque as pessoas ficam andando em círculo, de fato. Mas é bom para montar o relatório depois ao final. É que os Deputados, no afã de apresentar requerimento, entopem a Secretaria de requerimentos — são mais de 600 requerimentos —, só para mostrar trabalho. Depois, acabam vendo que aquilo ali não rende. Acaba não rendendo, porque não têm estratégia, não sabem como funcionar.

Eu queria, agora, só retomar rapidamente duas coisas. Primeiro, eu acho que essa visita ao COMPERJ é importante. O Deputado Otavio Leite tem falado — não é, Deputado Altineu? — para que ao menos nós pudéssemos, os do Rio de Janeiro e talvez mais um outro Deputado que tenha interesse, dar uma olhada lá *in loco*, para ver o que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos tratar desse assunto na próxima reunião de trabalho. Vamos já marcar a data. O requerimento já está aprovado.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - É isso, e eu vou dizer por quê. Essa matéria que saiu no jornal hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Quero, se possível, ir ainda neste mês de abril lá.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - ... fala de 45 bilhões de perdas. Eu não sei de onde se tira um número desse tamanho. Mas a gente tem que averiguar isso, de fato, o que é isso, até para que, depois, no relatório final da CPI, a CPI possa inferir e sugerir algumas iniciativas do ponto de vista dos projetos básicos da PETROBRAS, porque me parece que tem muito erro de projeto básico, e na questão da formação de preço da PETROBRAS, preço máximo e preço mínimo, porque me parece que também há muito problema aí, e a gente pode, como parte do nosso trabalho, sugerir algumas alterações.

Eu vou fazer duas ou três perguntas rápidas que acho não foram feitas. O senhor possui outras atividades comerciais? Possui contas bancárias no exterior? Se sim, em que países? V.Sa. possui relação de amizade com os Srs. Paulo Roberto Costa, Renato Duque, Pedro Barusco ou com outros Diretores da PETROBRAS citados na Operação Lava-Jato? V.Sa. manteve ou mantém contatos com representantes de empreiteiras citadas no Lava-Jato? Quais e em que circunstâncias? Em depoimento a esta CPI, o Sr. Pedro Barusco relatou que se encontrava frequentemente com os Srs. Renato Duque e João Vaccari. O senhor presenciou ou tinha conhecimento desses encontros? Sabe quais eram os assuntos tratados?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Bom, eu não tenho nenhuma outra atividade comercial, não possuo contas no exterior, não tenho contato com nenhuma das empreiteiras, não estive envolvido na implantação de projetos, não tenho contato com nenhuma dessas empreiteiras e não presenciei, não vi nenhum encontro do Dr. Barusco nem sei de nenhum assunto de que ele tenha tratado com nenhuma das pessoas que o senhor mencionou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

O próximo Deputado inscrito é o Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)*
Ausente.

O Deputado Leo de Brito é o próximo inscrito.



V.Exa. deseja a palavra como Líder logo, Deputado Jorge Solla? Em seguida, o Deputado Leo? Deixo a cargo dos senhores. V.Exa. tem precedência.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito. Em seguida, V.Exa., pela Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, nobre Relator, Deputado Hugo Motta, queria fazer aqui a minha fala no sentido..., fazendo alguns questionamentos. O primeiro é sobre a questão das SPEs. A Gasene foi tratada como uma empresa de fachada, e tem sido muito criticada a questão da utilização das SPEs. Mas, como foi dito também pelo Sr. Hugo aqui, as experiências de SPEs já vêm desde a década de 60, e nós tivemos uma experiência no Governo Fernando Henrique, que foi a Companhia Petrolífera Marlim e Marlim Participações. Era uma SPE também. Foi formada em 1998 e teve a contribuição dos fundos de pensão, na época, Petros e Valia, tanto da PETROBRAS como da Vale.

Em 2002, essa SPE chegou a trabalhar com 70% de todo o petróleo de Marlim e mais de 50% do petróleo da Bacia de Campos. E também foi financiado pelo BNDES um empréstimo de 200 milhões, num contrato de 10 anos, sem processo público de disputa, sem riscos, e o petróleo penhorado em garantia de pagamentos, com a chamada Cláusula de Marlim, que dizia o seguinte:

“A PETROBRAS está obrigada, nos termos do contrato suporte a efetivar pagamentos à Marlim para suprir eventuais deficiências. Dessa forma, a PETROBRAS passa a assumir todos os riscos relativos ao preço do petróleo, produção e taxa de juros associados ao projeto, obrigando-se também a cobrir qualquer deficiência resultante da variação cambial.”

Ou seja, foi um negócio da China, que conseguiu enriquecer muito gente que participou dessa SPE. O senhor é um funcionário de carreira há muito tempo. Eu queria que o senhor pudesse diferenciar o que era esse modelo SPE da Marlim do projeto, por exemplo, da Gasene, que é a SPE que nós estamos investigando agora.

E tenho mais algumas perguntas, Sr. Presidente. Eu quero repisar essa situação. O Sr. Pedro Barusco veio aqui — a gente está fazendo uma comparação entre aquilo que foi falado pelos delatores e pelos Diretores da PETROBRAS — e



disse que recebeu pagamento de propina da PETROBRAS. Essa pergunta já foi feita, mas eu quero refazê-la. O senhor tem conhecimento de recebimento de propina em relação aos contratos da PETROBRAS?

E uma outra questão também diz respeito à linha que tenho visto aqui na CPI a respeito das licitações: o Tribunal de Contas da União tem apontado que a PETROBRAS não estaria observando a Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos procedimentos de licitação e contratação. Além disso, considerou inadequados os critérios de medição para fins de pagamento de tempo parado na obra por motivo de chuva, apontou deficiência de projetos, atraso na execução de obras contratadas, sendo que alguns desses apontamentos voltam a se repetir. Como V.Sa. avalia essa situação?

Seriam essas as perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Bom, eu não tenho muitos detalhes da SPE Marlim. Eu estudei com mais detalhe, mais profundidade, a SPE Gasene, para tentar contribuir, trazer as informações, porque eu também não estava na área de gás e energia, mas procurei me informar, trazer as informações para poder contribuir e colaborar da melhor maneira possível. É difícil fazer uma comparação objetiva entre as duas. Mas, na essência, os dois projetos têm a mesma natureza: buscar capitalização, buscar os recursos e fazer uma estruturação financeira para poder empreender projetos. No caso do Marlim, que era um projeto de grande monta, naquele momento a PETROBRAS não tinha os recursos para fazer... Fez um projeto estruturado. No caso do GASENE, a PETROBRAS tinha restrições de acesso ao mercado. Então, buscou, através dos bancos da China, no começo o Eximbank e o CDB, o suprimento desses recursos. Do ponto de vista financeiro, elas me parecem ter a mesma natureza, mas eu não conheço os detalhes das cláusulas para poder fazer uma comparação. Em relação à pergunta, eu não tenho conhecimento, não tive conhecimento, fui surpreendido pelos fatos e vou repetir o que eu já mencionei aqui outras vezes, em outras oportunidades. Em relação à licitação, a utilizar a 8.666, desde 1998 a PETROBRAS vem utilizando, vem se valendo do Decreto 2.745 e buscando ter mais competitividade, ter mais agilidade e procurando, com isso, se manter nesse ambiente, onde há várias empresas...



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Então, o TCU, essa recomendação do TCU não...

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Ela traz uma limitação, uma perda de competitividade e uma restrição para a atuação. E isso se buscou remover para dar igualdade de condições à PETROBRAS, e a PETROBRAS vem utilizando esse recurso para se manter competitiva no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Chamarei os próximos Deputados inscritos — estão todos ausentes —, para que a gente possa concluir com o Deputado Jorge Solla, que vai usar o tempo pela Liderança do PT, e aí a gente encerra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, peço um minutinho depois do Deputado Jorge Solla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Carlos Marun. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* Ausente.

V.Exa. tem a palavra por até 10 minutos, pelo Liderança do PT.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Obrigado, Presidente. Eu queria registrar aqui nesta sessão que nós demos entrada hoje a três requerimentos que pedem: um deles pede cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, de todos os arquivos da Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, realizada em 2009; e outros dois requerimentos pedem a convocação dos Srs. Saulo Thadeu Vasconcelos e Pietro Bianchi, que eram executivos da Camargo Corrêa indiciados na Operação Castelo de Areia.

Para quem não lembra, Presidente, a Operação Castelo de Areia foi uma das muitas denúncias de corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso que ficaram engavetadas. A Polícia Federal, à época, até conseguiu investigar, como algumas vezes até conseguia fazê-lo, e a denúncia até ia para a mídia às vezes. Mas, infelizmente, todas o “engavetador-geral da República” não permitia e, com a conivência de outras instituições, eram mais uma vez engavetadas.

A Operação Castelo de Areia investigou os crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, envolvendo executivos de construtoras, em especial a



Camargo Corrêa. Na apuração, foram apreendidos, na sede da empresa, documentos — documentos, pasmem os senhores! — que comprovavam pagamento de propina a Parlamentares, a administradores públicos, doações a partidos políticos em valores estabelecidos nas planilhas, relacionando-os com cada obra pública que havia sido contratada pela empreiteira para ser executada. São 54 páginas que foram encontradas no escritório da casa de Pietro Bianchi, executivo da Camargo Corrêa.

Essas transações ocorreram no período de 1998 a 2000 e envolveram não só o Governo Federal, mas também Estados e Municípios. E interessante também: registram divisão de valores entre Deputados, políticos, partidos e até integrantes do Tribunal de Contas da União, naquela ocasião.

A Castelo de Areia alcançou a PETROBRAS, Presidente. É por isso que a gente precisa se debruçar sobre esse assunto. O ex-Presidente da TRANSPETRO, Sérgio Machado, é citado nos relatórios da Castelo de Areia; diversas denúncias de corrupção com contratos de construção de navios, com contratos, os mais diversos, envolvendo a PETROBRAS.

Na própria delação premiada do ex-Diretor Paulo Roberto Costa, ele cita os mesmos contratos de navios como fonte de pagamento de propina. A Procuradora Karen Kahn à revista *CartaCapital*, em dezembro de 2014, disse que a Operação Castelo de Areia foi precursora no levantamento de fraudes a licitação, formação de cartel, superfaturamento de empreiteiras e atos de corrupção.

Esses ilícitos foram objeto de contratações espúrias de obras e serviços públicos com os poderes federal, estaduais e municipais em todo o País, envolvendo praticamente a grande maioria das empreiteiras hoje alvo da Lava-Jato, inclusive Prefeituras, como a própria Prefeitura de Salvador — na época, o Prefeito era o Deputado Imbassahy —, com as denúncias relacionadas às obras no Metrô de Salvador, das quais faziam parte, além da Camargo Corrêa, a Alstom e a Siemens, que também foram envolvidas naquela apuração.

Inclusive a Siemens é a mesma empresa que, com o PSDB de São Paulo, na denúncia do Metrô, também não apurada até agora, foi envolvida. Já identificaram 50 milhões em propinas. E naquela Operação Castelo de Areia, inclusive, já foi



comprovado superfaturamento e pagamento de propina no valor de 400 milhões, atualizados, na denúncia de corrupção nas obras do Metrô.

Eu, como não defendo, Deputado Imbassahy, a teoria do domínio do fato, não acho que necessariamente V.Exa. participou, ou tinha conhecimento, ou foi conivente com esses desvios que ocorreram na sua gestão como Prefeito. Infelizmente, tem gente que acha que é assim: se é dirigente da PETROBRAS, tem que saber de toda a corrupção que acontece. Não acho que aconteceu isso no Governo Fernando Henrique Cardoso, nem acho que acontece isso agora, porque entre o Prefeito e quem faz a licitação, entre o Presidente e quem opera nas diretorias das empresas, a distância é muito grande.

Responsabilizar V.Exa. como Prefeito seria um absurdo. V.Exa. tem todo o direito de se defender, de colocar o seu ponto de vista e as operações, da mesma forma que é um absurdo qualquer Deputado abrir a boca aqui para dizer que a Presidente Dilma tem alguma coisa a ver com a corrupção hoje apurada na PETROBRAS, ou muito menos que tem a ver o Presidente Lula. Isso seria uma leviandade que fariam com V.Exa, ou com o Presidente Lula, ou com a Presidenta Dilma.

Por isso eu não faço parte desses defensores da teoria de que o Prefeito sabe do roubo que aconteceu na sua gestão e participou necessariamente; de que o Presidente sabe do roubo que aconteceu no seu Governo e participou necessariamente.

Infelizmente, nessa roubalheira nada foi apurado. Usaram a estratégia de dizer que houve uma gravação que foi feita sem autorização judicial para porem por terra todo o trabalho da Polícia Federal e jogarem por terra — eu não consigo entender inclusive isso — as planilhas! Se a gravação era ilegal, por que as planilhas que foram presas na residência do Pietro Bianchi também são jogadas por terra como prova? Porque naquela época não se apurava nada mesmo. E mesmo que a Polícia Federal conseguisse apurar, era jogado na lata de lixo na primeira oportunidade, porque corrupção é corrupção, Presidente. Independente do governo em que aconteceu, ela tem que ser apurada, ela tem que ser punida. E nós temos que tomar medidas para acabar a corrupção.



Por isso, volto a insistir na necessidade de banirmos o financiamento empresarial privado de campanha eleitoral, porque o fato de o ex-Prefeito Imbassahy ter recebido recursos da OAS para financiar a sua campanha, isso não significa que ele participou de qualquer atitude ilícita para que a OAS viesse, pelos belos olhos dele, dar essa contribuição financeira.

Então, não podemos dizer que o Deputado Imbassahy recebeu recursos em qualquer campanha de que ele participou como Prefeito ou como Deputado, legalmente doados, e que esses recursos da Camargo Corrêa, da OAS, de qualquer empresa que tenha dado, tenham necessariamente sido auferidos com base em propinas de corrupção da obra do Metrô de Salvador ou de qualquer outra obra do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Da mesma forma não podemos dizer que qualquer doação para um partido político, legalmente feita, seja para o PMDB, que foi quem mais recebeu doações dessas empresas, seja para o PSDB, que recebeu doação em montante praticamente igual ao do PT... Todos os partidos receberam doações legais.

Então, não dá para afirmar que para um Deputado, para um Prefeito, para um Governador, doação legal é associada a propina, e para outro, só porque é de um partido político diferente, é algo que não tem nenhum risco de estar contaminado com as ilicitudes ocorridas em superfaturamento de obras em empresas.

Portanto, eu acho que a melhor coisa com que esta CPI pode contribuir com o País, além de punir, além de ajudar na apuração e na punição dos envolvidos nos atos de corrupção da PETROBRAS, seja na década de 90, seja neste século, não importa, é fazer com que todos que roubaram a PETROBRAS venham a ser punidos. Senão, vamos continuar aqui com a CPI acobertando a roubalheira nos governos anteriores e limitando aos poucos últimos anos.

Da mesma forma, nós precisamos acabar com a fonte de todo esse processo de corrupção. O Brasil não pode ficar à beira do mundo. Mais de quatro dezenas de países já baniram o financiamento privado em processo de campanha eleitoral. E nós precisamos fazer isso também.

Peço ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Relator e aos demais membros desta CPI que se associem a esse nosso requerimento, para que possamos convocar os Srs. Saulo Vasconcelos e Pietro Bianchi e apurar, levantar e tirar do



fundo do baú, da gaveta, onde estão desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, os documentos da Operação Castelo de Areia, para que possamos punir os responsáveis, efetivamente, e até identificar e entender como é que se operacionalizou esse esquema dentro da PETROBRAS.

De um lado, podemos supor que esse esquema já existia dentro da PETROBRAS, como foi dito aqui, inclusive, por alguns que já participaram dessas oitivas, e ele foi transposto para outras contratações, para outras empresas, para outras instituições, para outras esferas de Governo. Ou seja, saiu de dentro da PETROBRAS para propinas em contratos com estatais outras, Prefeituras, Estados e União. Mas pode ter sido o oposto: esses mecanismos de cartel já ocorriam fora da PETROBRAS e, progressivamente, foram ocupando espaço também dentro da estatal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ - Vou concluir.

Pode-se até se supor, Sr. Presidente, que essa participação das propinas dentro da estatal cresceu à medida que a PETROBRAS cresceu, aumentou o seu universo de obras, de contratos, de empreendimentos, e isso se tornou mais atrativo para empreiteiras que já faziam isso em estradas, já faziam isso em obras de metrô, já faziam isso em outros empreendimentos.

Eu insisto, Sr. Presidente, que precisamos varrer a corrupção. E varrer a corrupção é varrer o financiamento privado empresarial de campanhas em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Antonio Imbassahy, como foi citado, tem direito a fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Agradeço ao Sr. Presidente e também me dirijo diretamente ao Deputado Jorge Sollá, homem preparado e inteligente, que eu lamento tenha se prestado a um papel dessa natureza, com uma fundamentação absolutamente estéril. Eu diria que talvez até outro colega de V.Exa. não tenha se sentido à altura para fazer esse papel que V.Exa. acaba de fazer.



Com relação ao metrô de Salvador, devo um esclarecimento: essa obra foi iniciada na minha gestão. E a matéria que saiu na *Folha de S.Paulo*, jornal muito conceituado em todo o País, não registra, até porque não existe, nenhuma citação do meu nome, em momento algum, tanto do TCU quanto do Ministério Público Federal, apesar de ser uma obra que já está aí há muitos anos. E V.Exa. sabe muito bem que há 8 anos o Governo da Bahia é administrado pelo PT e há 12 anos o Governo Federal é administrado pelo PT. E, durante todo esse período de 8 anos, na Bahia, e de 12 anos, no Brasil, essa obra continua recebendo recursos do Governo do PT. E são as mesmas empreiteiras, Deputado Jorge Solla, e V.Exa. sabe disso. Então, V.Exa. fez aí um jogo de palavras, tentando insinuar algo, para sair falando que fez uma acusação e que eu teria ficado aqui constrangido. Não me constrange de maneira nenhuma.

O que eu quero dizer é que essa é uma obra, Presidente, que tem a participação do Governo Federal, do Governo do Estado e do Governo Municipal.

Eu deixei a Prefeitura, Deputado, há 10 anos, quase 11 anos. Agora, depois desse *affaire* de eu ter convocado aqui o Tesoureiro do PT, o Vaccari, V.Exa. veio com esse assunto paroquial, talvez até para, quando voltar à Bahia, dizer: “*Fiz lá um enfretamento e disse o que eu tinha o que dizer*” — tudo a pedido, certamente, de uma orquestração.

Eu quero encerrar dizendo que as mesmas empreiteiras que trabalhavam na minha época trabalharam com o Governador Jaques Wagner, hoje Ministro da Defesa, nas obras do metrô, e trabalham hoje com o seu Governador, Rui Costa, Governador do PT. Então, V.Exa. deveria se dirigir ao Governador Rui Costa e pedir a ele que penalize essas empresas, já que há o convencimento tão forte de V.Exa. de que essas empresas prejudicaram o País. Por que elas estão trabalhando lá, recebendo dinheiro do Governo do PT, tanto do Governo da União quanto do Governo do Estado?

Eu ouvi com todo o respeito as palavras do Deputado Leo de Brito, e até o compreendo, porque certamente ele não acompanhou esse projeto na Bahia, como V.Exa. o fez.

Então, encerro dizendo que V.Exa. se comportou com desonestidade intelectual.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, foi mencionado o Presidente Fernando Henrique, do PSDB. Eu gostaria de 1 minuto só para poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. não foi citado pessoalmente.

Eu darei a palavra ao Deputado Altineu por 1 minuto, para que S.Exa. possa fazer as perguntas. O Sr. Hugo Repsold responderá às perguntas e fará as considerações finais, para que possamos encerrar a oitiva.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu serei rápido.

Sr. Hugo, eu sou do Município de Itaboraí. A região de São Gonçalo e Itaboraí está sofrendo tragicamente com a questão do COMPERJ.

Apesar de serem momentos diferentes, projetos diferentes, eu entendo que os dois projetos que eu vou citar aqui são de extrema importância para o Brasil.

Só por uma questão de conhecimento, para que possamos ter essa informação, eu gostaria de saber qual é o custo do metro cúbico do gás que o Brasil traz da Bolívia e que sem sobra de dúvida é superimportante para o País e gostaria de saber qual será o custo do gás que vai ser processado em Itaboraí para a PETROBRAS. Quanto custará para a PETROBRAS? Independentemente do número, eu tenho certeza de que ambos os projetos se somam em importância para o Brasil; não é que um seja maior e o outro seja menor. Só por uma questão de saber a importância do COMPERJ, já que a situação ali está trágica, quanto vai custar o gás processado ali e quanto custa na Bolívia?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Bom, considerar o esforço que a PETROBRAS faz para explorar, produzir, desenvolver as reservas na Bolívia e também desenvolver as reservas aqui no pré-sal, processar esse gás na Bolívia, processar esse gás em Itaboraí, na unidade de tratamento do COMPERJ, são relações difíceis de fazer, porque estão sob contratos diferentes, sob legislações diferentes, sob condições comerciais diferentes. O que é um fator muito relevante e muito importante nas nossas análises é sempre buscar para esse próximo projeto, para esse próximo uso do gás, qual é o custo dessa molécula, que eu vou chamar assim, essa molécula adicional de gás que será incorporada ao mercado nacional. Seja ela vinda de GNL, seja ela vinda da Bolívia, seja ela vinda da Bacia de Campos, ou de águas profundas, a 300 quilômetros da costa, o relevante é que a



próxima molécula que vai alimentar o próximo projeto seja contemplada em relação ao custo que ela tem. Se ela é importada de GNL, está ligada aos preços do GNL internacional; se é importada da Bolívia, está ligada ao preço do gás boliviano; e se está sendo produzida aqui na costa, ela está ligada aos custos. E aí essa separação do custo do gás, do custo do óleo e do custo do processo como um todo é bem mais complexa de se fazer. O importante é considerar quanto custa essa última molécula e comparar com o benefício que ela vai trazer para esse último projeto. E aí isso vai permitir a melhor alocação possível do gás para a sociedade brasileira. Haverá momentos em que será o GNL essa última molécula. Haverá momentos em que será o da Bolívia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se os projetos estivessem zerados hoje num todo, produzir gás na Bacia de Campos, no pré-sal, em Itaboraí, é mais barato do que produzir na Bolívia?

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Será mais barato quando a escala toda do pré-sal se realizar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Será mais barato.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Porque é uma escala considerável de gás.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Claro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Hugo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

V.Sa. pode fazer as considerações finais, não havendo mais Deputados inscritos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só quero contribuir com a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero pedir a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só quero contribuir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. O convidado vai fazer as considerações finais e vamos encerrar a oitiva.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não é com o convidado. Só quero contribuir com a investigação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Sa. pode fazer as considerações finais.

O SR. HUGO REPSOLD JÚNIOR - Muito obrigado pela paciência dos senhores. Eu espero ter contribuído da melhor maneira possível. Dentro de tudo o que eu sei, foi isso que eu trouxe. Espero contribuir para que esse processo evolua e que vocês consigam chegar a termo, às conclusões importantes que vão ajudar a PETROBRAS e vão ajudar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Em nome da CPI, nós agradecemos a presença de V.Sa. aqui na nossa reunião.

Lembro que iremos tratar do início das oitivas das sub-relatorias, marcando data, acredito eu, a partir da próxima semana, quando faremos questão de dar vazão a toda a pauta já aprovada através de requerimentos na última reunião deliberativa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos a presença e declaro encerrada a presente reunião.